

LEANDRO NUNES PEDROSO

**A REVOLUÇÃO DE 1930 – O DIVISOR DE UM BRASIL AGRÁRIO,
AGROEXPORTADOR, PARA UM BRASIL INDUSTRIALIZADO, COM
VISTAS À CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO CAPITALISTA.**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.**

**Orientadora: Profª Françoise Iatski de
Lima**

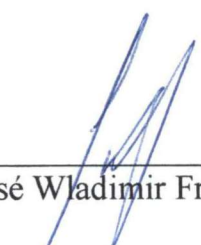
**CURITIBA
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

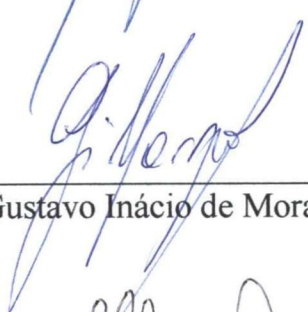
LEANDRO NUNES PEDROSO

**A REVOLUÇÃO DE 1930 – O DIVISOR DE UM BRASIL AGRÁRIO,
AGROEXPORTADOR, PARA UM BRASIL INDUSTRIALIZADO, COM
VISTAS À CONSOLIDAÇÃO DE UMA NAÇÃO CAPITALISTA.**

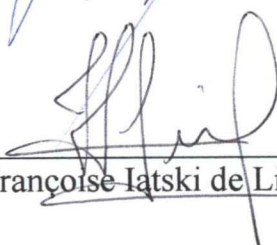
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof.º José Wladimir Freitas da Fonseca



Prof.º Gustavo Inácio de Moraes



Prof.ª Françoise Iatski de Lima

Curitiba, 13 de dezembro de 2005.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	v
LITA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
1.1 TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS.....	4
1.2 CAPITALISMO TARDIO.....	7
1.3 A QUESTÃO CENTRO PERIFERIA.....	9
1.4 PROCESSO DE SUBSTITUIÇÕES DE IMPORTAÇÕES.....	11
2 O PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL PRÉ-30 E IMEDIATAMENTE APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930.....	14
2.1 CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DA REPÚBLICA VELHA.....	14
2.2 PANORAMA DO CAPITAL INDUSTRIAL DO BRASIL PRÉ-30.....	22
2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E O TENENTISMO NO PERÍODO PRÉ-30.....	31
2.4 CRISE CAFEIRA E A CRISE MUNDIAL DE 1929/30.....	40
3 A REVOLUÇÃO DE 1930.....	44
3.1 CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES PARA O GOLPE.....	44
3.2 O PROCESSO POLÍTICO-ORGANIZACIONAL DA ERA VARGAS.....	48
3.3 O ESTADO POPULISTA E A IDEOLOGIA DA ERA VARGAS.....	52

**4 FATORES DE SUSTENTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL PÓS
REVOLUÇÃO DE 1930..... 56**

4.1 INSTITUIÇÕES E MECANISMOS DO DESENVOLVIMENTO..... 56

4.2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO..... 60

4.3 A INDÚSTRIA RESTRINGIDA E SEU PAPEL NA INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA..... 63

4.4 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES..... 66

4.5 AS ALIANÇAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO..... 68

4.6 ANÁLISE CONJUNTA DAS HIPÓTESES..... 70

CONCLUSÃO..... 71

REFERÊNCIAS..... 73

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- BRASIL: PRODUÇÃO TOTAL DE CAFÉ E PARTICIPAÇÃO DE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 1884-1889 (QUANTIDADE EM 1.000 SACAS DE 60 KG).....	16
TABELA 2	- BRASIL: TAXA DE CâMBIO, PREÇO EXTERNO E INTERNO DO CAFÉ, 1889-1900.....	18
TABELA 3	- BRASIL, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA, 1907,1920,1929.....	27
TABELA 4	- RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1907.....	28
TABELA 5	- RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1920.....	29
TABELA 6	- POPULAÇÃO DO BRASIL POR PROFISSÕES – 1920 (ÍNDICE 1.000).....	32
TABELA 7	- POPULAÇÃO DAS CAPITAIS DOS ESTADOS – 1920.....	33
TABELA 8	- DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO SÃO PAULO E DISTRITO FEDERAL – 19.....	34
TABELA 9	- CAFÉ: PREÇO DE IMPORTAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS, 1925-1964 (VALOR EM CENTAVOS DE US\$ LIBRA-PESO).....	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- CARTA DO GEN.ARNALDO DE SOUZA PAES DE ANDRADE....	36
QUADRO 2	- A REVOLUÇÃO DE 1932.....	37
QUADRO 3	- CONTENÇÃO DE DISTÚRBIOS INTERNOS – CAUDILHISMO....	39
QUADRO 4	- ÓRGÃO E CONSELHOS CRIADOS DE 1930 À 1937 DIRETAMENTE RELACIONADOS AO SETOR INDUSTRIAL.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BRASIL – 1919....	30
-----------	--	----

LISTA DE SIGLAS

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

RESUMO

O entendimento sobre a Industrialização no Brasil não é algo que se consegue avaliar com fácil discernimento, haja vista as inúmeras características envolvidas em todo o processo de constituição do país como nação capitalista industrializada. Há a necessidade premente de se fazer uma incursão histórica desde o final do século XIX até meados da década de 20 do século XX, de modo que se consiga estudar todos os acontecimentos neste período, para daí verificar o surgimento da consolidação industrial. Os choques adversos ocorridos, como a crise do café e a Grande Depressão de 1929/30 foram fatores que contribuíram para a retomada do crescimento industrial, via substituição de importações, deslocando o centro dinâmico da economia, que até então ancorava-se praticamente na exportação do café. Neste contexto de crises econômicas e também de instabilidades sociais e políticas, emerge do seio da sociedade brasileira, a Revolução de 1930, conduzida pela aliança liberal e liderada por Getúlio Vargas. Assim, o processo de industrialização começa a se alicerçar em meio às crises, as quais de certa forma contribuíram para dar um novo direcionamento ao Brasil em prol do desenvolvimento capitalista, pautado fundamentalmente na indústria como principal elemento propiciador do crescimento da renda interna.

INTRODUÇÃO

A Grande Depressão de 1929/30 que culminaria com a Revolução de 1930, propiciará um melhor entendimento no que concerne à consolidação do capitalismo industrial no Brasil, amparado também no deslocamento do centro dinâmico da economia, que traria sustentáculo ao produto interno do país, substituindo-se paulatinamente a exportação de produtos primários, sendo fundamentalmente o café, para o crescimento interno, alavancado por conta do alicerce industrial que passara a moldar-se naquela época.

O presente trabalho está amparado em quatro principais hipóteses, quais sejam: i) instituições e mecanismos do desenvolvimento; ii) a indústria restringida e seu papel na industrialização brasileira; iii) o processo de substituição das importações; iv) as alianças políticas para o desenvolvimento.

Pretende-se aqui responder se a Revolução de 1930, caracterizada como um divisor, realmente contribuiu para a consolidação do Brasil como nação industrialmente capitalista, bem como apontando-se de que forma e quais foram os principais mecanismos utilizados para vislumbrar tal industrialização. Percebe-se desta forma, que a presente monografia procurará realmente responder aos questionamentos aqui efetuados, dando subsídio para a interpretação em foco.

Torna-se importante apontar que o objetivo fundamental do presente trabalho de monografia, é demonstrar através de um visão histórica, política e econômica a importância da Revolução de 1930 para o desenvolvimento do Brasil, tendo sido a mesma caracterizada como elemento de propulsão ao crescimento econômico do país com o conseqüente processo de industrialização.

Brevemente seria importante deixar expresso que a metodologia aqui abordada prende-se a adoção do modelo de análise qualitativa dos dados e informações coletadas. Com relação a fonte de dados para a análise, pode-se afirmar com toda a certeza que fora utilizada a bibliográfica, atentando-se as principais obras escritas sobre a industrialização e os impactos da Revolução de 1930 sobre o Brasil.

Assim, o presente trabalho de monografia foi organizado em 4 capítulos a seguir discriminados.

No primeiro capítulo será apresentado o referencial teórico, conceituando-se os principais preceitos relativos a industrialização, de modo a proporcionar forte consistência ao trabalho. Como referencial teórico utilizou-se a teoria dos choques adversos, a temática do capitalismo tardio em complemento ao primeiro preceito teórico e por fim será apresentado o processo de substituição de importações, cujo conceito não poderia deixar de ser evidenciado, face exposição em inúmeras obras que tratam acerca da industrialização no Brasil.

Numa segunda etapa, abordar-se-ão basicamente os antecedentes históricos pré-30, com ênfase na economia cafeeira, bem como os aspectos imediatamente posteriores a Revolução de 1930, onde será exposto o declínio dos latifúndios produtores de café, tendo sido substituídos pela indústria emergente.

O terceiro capítulo tratará da Revolução de 1930 propriamente dita, desde sua constituição até seus preceitos fundamentais que estariam se sobrepondo a República Velha e facilitando a constituição de um capital industrial no Brasil.

No último capítulo serão explicitados os fatores de sustentação da consolidação industrial pós Revolução de 1930, cujos fatores nada mais são que as hipóteses da presente monografia.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Torna-se notório que o processo de industrialização nos mais diversos países não aconteceu seguindo um método uniforme, ao contrário, ocorreu justamente de forma bem diferenciada, com base nas peculiaridades de cada país, no que tange aos aspectos políticos e econômicos e principalmente em razão do passado colonial.

No Brasil, a industrialização como força motriz da economia, somente instaurou-se no início do século XX, mais precisamente a partir da década de 20 e, com mais intensidade posterior a década de 30, principalmente em função da crise mundial, que provoca o deslocamento do Centro dinâmico, conforme afirma FURTADO (1977, p. 197), bem como em função da Revolução de 1930, através da institucionalização do Estado, com Getúlio Vargas à frente do poder.

Assim, o capítulo em questão terá como ponto fundamental alicerçar o presente trabalho de monografia, abordando os principais preceitos envolvidos que realmente explicam o processo de industrialização brasileira, procurando conciliar duas teorias, que embora distintas em alguns aspectos, complementam-se no que tange ao foco principal do desenvolvimento industrial brasileiro.

Inicialmente serão abordados os aspectos da teoria dos choques adversos¹ que será um dos preceitos teóricos norteadores da industrialização no Brasil.

Num segundo momento, apresentar-se-á a teoria do Capitalismo Tardio, cuja mesma analisada conjuntamente com a teoria dos choques adversos, dará sustentação ao presente trabalho de monografia.

Numa terceira etapa, procurar-se-á mostrar a questão centro-periferia² com o intuito de demonstrar a diferença básica entre o início da industrialização, em países subdesenvolvidos como o Brasil, e a industrialização dos países desenvolvidos.

Finalmente para dar coalizão, embora também considerada como uma das hipóteses deste trabalho de monografia, será abordado através de um enfoque breve, mas consistente, o processo de substituição de importações.

¹ Crises de âmbito nacional e/ou internacional que afetam diretamente a política economia de um determinado país.

² Processo de difusão diferenciada do progresso técnico que justamente possibilitou a diferenciação de países desenvolvidos e subdesenvolvidos com base na mensuração dos ganhos.

1.1 TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS

A “teoria dos choques adversos” procura demonstrar que a partir de certas crises (crises no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais, etc) há a oportunidade criada para a industrialização, em razão de se afetar o setor externo da economia, que aumentou os preços relativos das importações, ou mesmo impondo dificuldades à importação.

A teoria dos choques adversos que será aqui abordada será aquela proferida por Furtado (1963 e 1970) e por Tavares (1972), onde vincula-se o argumento dos choques adversos como interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro, cujos choques apresentados serão os da crise mundial do café e da Grande Depressão dos anos 30.

Cabe deixar bem expresso que no período anterior a grande crise do café e do colapso mundial provocado pela quebra da bolsa de Nova Iorque, havia uma industrialização, que embora incipiente³, era estimulada pelos capitais oriundos do auge exportador cafeeiro, sendo que deflagrada a crise, a industrialização passa a estar amparada no processo de industrialização substitutiva de importações. Tal caracterização, dos dois modelos de industrialização, é bem delineada por SUZIGAN (1986, p. 25-26):

O desenvolvimento industrial ocorrido antes da década de 1930 é considerado como um crescimento industrial induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador, principalmente de café. O desenvolvimento industrial que ocorreu a partir da década de 1930, por outro lado, é caracterizado como industrialização substitutiva de importações, estimulada pelo choque da crise de café e da Grande Depressão e pelas políticas econômicas adotadas para combater a crise.

Pela análise que se faz do período anterior a 1930, percebe-se que a industrialização é bem restrita, haja vista que o crescimento industrial é caracterizado como meramente uma extensão da economia de exportação, cujo desenvolvimento

³ Indústria incipiente é aquela que encontra-se numa fase preliminar de industrialização, migrando da produção de simples manufatura, para a produção de bens mais bem acabados, inclusive já aplicando novas técnicas de produção em razão do certo avanço tecnológico.

mais acentuado dependia de fato, em última instância, do desenvolvimento da economia agrícola.

Um fator importante que merece destaque, prende-se ao fato de que a industrialização, na época do desenvolvimento para fora, só poderia desenvolver-se a partir de um apoio forte do Estado, todavia, tal situação não se verifica, pois os interesses naquele período estavam direcionados praticamente aos interesses da grande oligarquia cafeeira, o que certamente inviabilizava o desenvolvimento industrial, deixando-o à margem, sendo que desta forma destaca-se a seguir fragmento da obra de SUZIGAN (1986, p. 26) que também resume com eficiência as limitações da industrialização no período de expansão cafeeira:

Para sobrepujar essa dependência, o setor industrial teria que diversificar sua estrutura a fim de criar sua própria demanda, isto é, estabelecer as indústrias produtoras de bens intermediários e de bens de capital. Porém, essa diversificação somente poderia ter ocorrido durante o período de crescimento voltado para fora com apoio de medidas adequadas de proteção e incentivo por parte do governo, mas essas medidas não foram adotadas.

Fica nítido então que a industrialização, no período da expansão para fora, limitou-se fortemente em função da ausência de amparo governamental, o que não ocorrerá no período seguinte, ocasionado, como já dito acima, pelos choques representativos da crise do café e da Grande Depressão.

Com a crise do setor externo da economia brasileira em 1929/30, fundamentalmente vinculada pela crise do café e pela Grande Depressão, pode-se dizer que tais fatores representam o ponto de inflexão para o desenvolvimento industrial brasileiro.

FURTADO (1970, p. 131) afirma que “em contraste com o período anterior, a industrialização posterior à crise foi induzida principalmente pelas mudanças estruturais causadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador”, sendo que por tal motivo houve uma ruptura do papel desempenhado pelas exportações.

Realmente percebe-se que a função do setor exportador foi alterada, onde sua importância relativa como principal determinante do crescimento da renda interna

diminuiu, mas tornou-se de certa forma estratégico para criar a capacidade de importar bens de capital, que seriam essenciais para o investimento na indústria de transformação. O Investimento em atividades econômicas vinculadas ao mercado interno, transformou-se no principal elo de crescimento de renda, cuja situação é bem apresentada a seguir por SUZIGAN (1986, p. 27):

O fato de que tais investimentos puderam aumentar na década de 1930, quando a capacidade de importar declinou, é explicado pela redução do coeficiente de importações em geral, e também pelas mudanças na composição das importações como resultado da industrialização substitutiva de importações, com uma redução na participação das importações de bens intermediários e bens de capital destinados aos setores ligados ao mercado interno.

É justamente esta industrialização substitutiva de importações que Furtado e Tavares caracterizam como resposta a um choque adverso específico, que no caso do presente trabalho de monografia, prende-se fundamentalmente a crise do café e da Grande Depressão da década de 1930, que culminaria conseqüentemente com a Revolução de 1930, com a instauração de um governo forte e defensor do desenvolvimento industrial.

O crescimento da produção industrial na fase de recuperação, posterior aos choques adversos aqui explicitados, foi certamente baseado de início na capacidade de produção existente, mas à medida que a capacidade ociosa foi sendo gradualmente absorvida, novos investimentos tornavam-se necessários. Embora os custos da maquinaria importada estivessem mais altos devido aos efeitos das políticas comerciais sobre os preços relativos de importação, o investimento na indústria de transformação aumentou significativamente a partir de 1933, particularmente em indústrias que substituíam importações.

Neste contexto SUZIGAN (1986, p. 90) apresenta a seguir algumas das indústrias caracterizadas no parágrafo anterior:

Entre estas indústrias incluem-se as de: cimento (quatro novas fábricas construídas na década de 1930); metal-mecânicas (cujos investimentos começaram a recuperação em 1933, e em 1936-1939 atingiram níveis nunca antes alcançados, aumentando a capacidade de produção interna de máquinas e equipamentos industriais, equipamento de transporte, máquinas e equipamentos para construção, material elétrico, etc.); ferro e aço (diversas novas usinas, especialmente a de Monlevade, que se tornou a maior usina siderúrgica e carvão vegetal do mundo); papel e celulose (cujos investimentos já haviam recuperado em 1933 os níveis pré-Depressão, mantendo-se em níveis elevados em 1933-1936 e com um pico em 1939); produtos de borracha (investimentos para a produção de artigos de uso pessoal e doméstico, pneumáticos e de perfumaria (investimentos para construção de uma fábrica de soda cáustica e para o estabelecimento de subsidiárias de laboratórios e de fabricantes estrangeiros de produtos de perfumaria); óleo de caroço de algodão (o maior avanço no desenvolvimento desta indústria ocorreu na década de 1930, particularmente no Estado de São Paulo, onde várias fábricas foram estabelecidas, sem dúvida estimuladas pela expansão do cultivo do algodão então verificada naquele Estado); e têxteis (grandes investimentos em fábricas de fios de raio e de tecidos de raio, seda e lã)."

Percebe-se também que o forte impacto positivo dos choques adversos (a crise do café e a Grande Depressão) também contribuíram de certa forma para a consolidação de algumas indústrias que já davam pequeno sinal de crescimento na década de 20, as quais puderam viabilizar aumentos de investimentos na década de 1930 para justamente satisfazer o crescimento da demanda interna e, em alguns casos, também para exportação.

1.2 O CAPITALISMO TARDIO

Embora a ideologia do Capitalismo Tardio seja diferente, no que concerne a preceitos teóricos básicos, ao analisá-lo em profundidade, percebe-se que de certa forma ele pode estar associado a questão dos choques adversos, mesmo porque para a instalação de uma economia capitalista, amparada na industrialização, se faz necessário que haja um mercado consumidor, absorvedor dos produtos criados pela indústria.

É neste aspecto que se pode fazer tal associação, embora a temática do Capitalismo Tardio aponte que o desenvolvimento capitalista é determinado primeiramente por fatores internos e secundariamente por fatores externos.

O ponto fundamental que se consegue extrair do conceito de Capitalismo tardio, acerca do processo de industrialização, vincula-se preponderantemente ao

delineamento da divisão internacional do trabalho, enfatizando que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, dentro da economia primário-exportadora, marca a emergência de um novo modelo de produção, ou seja, a Capitalista, cujas forças centrípetas serão consolidadas posteriormente a crise de 1930/30.

É indubitável que o setor cafeeiro contribuiu para a industrialização do Brasil, entretanto, não se pode assentar neste aspecto como primordial para o processo de acumulação industrial, mesmo porque a industrialização encontrava-se fortemente restrita em função de caracterizar-se naquele período como atividade secundária e não como força motriz do desenvolvimento.

Há de se ressaltar algumas contradições deste modelo, as quais são brilhantemente expostas a seguir por SUZIGAN (1986, p. 35):

As contradições derivam da subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, e da subordinação deste ao capital internacional. O capital industrial depende do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens e salários para a reprodução da força de trabalho, e para criar um mercado para produtos industrializados.

Realmente a partir da crise deflagrada em 1929/30, o governo institui mecanismos de proteção e valorização do café durante a crise dos anos 30, com o objetivo principal de evitar o colapso da demanda interna nacional, que se deu de certa forma pela manutenção da atividade cafeeira e da renda desta principal zona exportadora do país até então, todavia, ressalta-se que a manutenção da atividade cafeeira encontra-se em segundo plano, sendo esta propiciadora de recursos para viabilização do processo de substituição de importações.

Finalmente, a ótica do capitalismo tardio salienta que esse padrão de acumulação de capital, consubstanciado no comércio do café, foi rompido em consequência da crise do café e da Grande Depressão da década de 30. A acumulação de capital industrial tornou-se mais independente do capital cafeeiro, ao menos pelo lado da procura, sendo que esta não mais seria determinada primordialmente pela expansão do setor exportador, mas sim principalmente pelo crescimento da renda no setor industrial urbano.

1.3 A QUESTÃO CENTRO PERIFERIA

O presente trabalho, ao tentar expor preceitos importantes acerca da industrialização no Brasil, não poderia deixar de mencionar, ou pelo menos de apontar, mesmo que sucintamente, a questão centro-periferia, a qual durante anos procurou separar as nações fundamentalmente em função de seus respectivos estágios de industrialização.

O Conceito “centro-periferia” esteve sempre presente na concepção das teorias da própria CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), cujo conceito, conforme BIELSCHOWSKY (1949, p.16), “é empregado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos”. Com base nesta caracterização, a divisão internacional do trabalho, também consoante ao aspecto do Capitalismo Tardio apresentado no item 1.2 do presente capítulo, provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões, fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento.

O aspecto da questão centro-periferia parte do pressuposto de que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual nos dois pólos, ou seja, nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos, sendo que tal afirmação é tanto precisa e relevante que países como o Brasil, inserido no bloco de países periféricos, somente passou a experimentar uma forte industrialização bem posterior ao estágio de desenvolvimento dos países do centro, principalmente em função dos choques adversos já apontados no início do capítulo em questão, bem como em consonância com a Revolução de 1930 que viria causar grandes transformações benéficas ao Brasil no que concerne ao aparelhamento político-institucional do Estado.

O desenvolvimento foi mais rápido no centro, em seus setores industriais, e ainda mais importante, conforme afirma BIELSCHOWSKY (1949, p.16) “elevou simultaneamente a produtividade de todos os setores das economias centrais, provendo um nível técnico mais ou menos homogêneo em toda a extensão dos seus sistemas

produtivos”. Já na periferia, que sempre teve a função de suprir o centro com alimentos e matérias-primas a baixo preço, BIELSCHOWSKY continua sua análise afirmando que na periferia “o progresso técnico só foi introduzido nos setores de exportação, que eram verdadeiras ilhas de alta produtividade, em forte contraste com o atraso do restante do sistema produtivo”.

Ao se avaliar a caracterização dos países dentro da temática do centro-periferia, encontra-se implícito um importante fundamento de destituição da antiga relação dos países periféricos com os países do centro, que seria justamente a tese da deterioração dos termos de troca, cujo argumento de fato reverte a concepção até então predominante de que havia ganhos para ambas os países no entrelaçamento descrito no parágrafo anterior, sendo que não apenas a transferência de ganhos não ocorre, como, na verdade, o que se passa é o oposto, ou seja, são as regiões atrasadas que transferem os seus ganhos de produtividade para as nações desenvolvidas.

A divisão internacional do trabalho tradicional, dentro desta ótica, provoca, portanto, uma disparidade crescente entre os países ricos e pobres, isto é, entre o centro e a periferia. A disparidade se acirraria ainda, conforme BIELSCHOWSKY (1949, p.16), “pelo fato de que o centro tende a reduzir a taxa de expansão das importações de produtos primário à medida que prossegue o progresso técnico poupador de insumos primários, de modo que as taxas de crescimento da periferia tendem a ser menores do que as já modestas taxas do centro.

Assim, verifica-se, desta forma, que questão centro-periferia torna-se parte integrante quando se pretende analisar o aspecto da industrialização no Brasil, valendo deixar bem exposto que ocorreria uma grande mudança de direção do crescimento periférico, impulsionada fundamentalmente em razão da grande depressão dos anos 30 concomitantemente com a crise do café, cuja direção que estava restrita no crescimento “para fora” passa a tomar novo direcionamento para o crescimento “para dentro” em prol do desenvolvimento industrial do Brasil.

1.4 PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Como já dito na primeira parte do presente capítulo, após a crise do café e da Grande Depressão de 1930, a demanda do mercado interno assumiu importante papel na determinação do nível de produto, de renda e de emprego e o investimento passou a ser a variável chave para definir a taxa de crescimento da economia.

FURTADO (1977, p. 289) “entende que as exportações ainda tinham um papel importante, pois forneciam as divisas necessárias para a importação de máquinas e equipamentos, uma vez que a produção de bens de capital ainda era limitada no Brasil”.

Assim, uma ruptura drástica das exportações poderia realmente ocasionar empecilhos nas intenções de investimentos em certas circunstâncias ou, então, levar o governo ao controle do uso de divisas, privilegiando como exemplo a importação de bens essenciais para o consumo e respectivamente para o investimento, às custas de bens supérfluos. FURTADO (1977, p. 289) “ainda destacava que o regime cambial e o nível da taxa de câmbio, em particular, ganharam importância central na definição dos rumos da política de desenvolvimento, a partir de 1930, em prol de um desenvolvimento mais acelerado”.

A reconstituição que aqui se faz, da década de 30, tem como finalidade apontar para o início do chamado processo de industrialização via substituição de importações⁴, sendo que em outras de suas obras Furtado sistematizou tal experiência, todavia, é na obra de TAVARES (1972) que tornara-se clássico a formalização de tal conceito.

TAVARES, (1972, p. 30) inspirava-se, como o próprio Furtado, em preceitos da Cepal (Comissão para a América Latina e Caribe), sendo que a mesma afirmava que “as economias primário-exportadoras latino-americanas, em especial o Brasil, caracterizavam-se não só pelo alto peso do setor exportador na constituição da renda nacional, mas principalmente pelo fato de as exportações serem a única componente

⁴ Política voltada para o fortalecimento do mercado nacional e desenvolvimento da renda interna, via fortalecimento a indústria doméstica.

autônoma do crescimento da renda, sendo que por tal motivo, caracterizado como o centro dinâmico”.

Verificava-se que de certa forma a atividade do setor exportador até então era suficiente para induzir, embora com alguns percalços, a urbanização e o surgimento de algumas indústrias de bens de consumo, como as de tecidos, calçados, vestuário, móveis, etc, entretanto, tais indústrias, ainda incipientes, e o setor agrícola de subsistência não eram capazes de dar dinamismo próprio à atividade econômica interna, ou seja, estas atividades tinham seu ritmo determinado pelo setor exportador e, portanto, pelas condições da demanda externa.

TAVARES (1972, p. 32) “interpreta que a crise prolongada dos anos 30 constituiu, para a América Latina e principalmente o Brasil, o ponto crítico de ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador, o que corrobora à teoria dos choques adversos, onde verificou-se a seguir a passagem para um modelo de desenvolvimento voltado para dentro”.

A dimensão da crise mundial levou a maior parte dos governos, não sendo diferente no Brasil, a tomar medidas de controle do comércio externo, das taxas de câmbio e de compra dos excedentes exportáveis, evitando desta forma o declínio abrupto da renda interna. A manutenção do nível de demanda interna com diminuição significativa da capacidade de importar impedia o ajuste via comércio exterior, cujo efeito cambial decorrente levou ao aumento conseqüente dos preços relativos das importações e, portanto, ao estímulo à produção interna que substituiu de fato aquelas importações.

Neste contexto, ocorre o deslocamento do centro dinâmico da economia da demanda externa dirigida ao setor exportador para o investimento realizado nos setores voltados ao mercado interno, cujo deslocamento tinha como mola propulsora o próprio processo de industrialização via substituição de importações.

Portanto, após a explanação das teorias apresentadas no capítulo em questão, torna-se importante deixar expresso que a teoria a ser utilizada como referencial básico intrínseco ao presente trabalho, será justamente o aspecto dos Choques Adversos, estando este conciliado com a sistemática do Capitalismo Tardio e com a

caracterização do centro-periferia. O processo de substituição de importações possui papel importante, mas não representativo de alicerce básico da presente monografia.

No próximo capítulo, seguindo uma sequência lógica, serão abordados os aspectos imediatamente anteriores à Revolução de 1930, tendo como principal foco as questões econômicas, sociais e políticas, bem como já expondo o início da crise que já se delineava antes mesmo da crise mundial deflagrada em 1929/1930.

2 O PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL PRÉ-30 E IMEDIATAMENTE APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930.

No presente capítulo o propósito básico é o de expor o quadro em que o Brasil encontrava-se no início do século passado, nos meandros da então vigente República Velha, liderada pelo presidente Washington Luís, sendo que inicialmente serão abordadas as características econômicas e políticas predominantes daquele período, que viriam culminar mais tarde com o golpe de 1930, bem como simultaneamente apresentar-se-ão as crises do café.

Numa segunda etapa será apresentada a situação industrial do Brasil naquele período, onde também abordar-se-ão as circunstâncias do próprio entrave ao desenvolvimento industrial mais acelerado do país.

Num terceiro momento, procurar-se-á mostrar alguns dos movimentos sociais relevantes do período em análise, com ênfase especial ao Tenentismo, cuja parcela representativa no país, iria apoiar a aliança liberal e consolidar o golpe de 1930.

Na última seção deste capítulo, o intuito é o de demonstrar a crise cafeeira concomitantemente com a crise mundial de 1929/30, sendo esta última fator fundamental de deslocamento do centro dinâmico que será visto mais adiante.

2.1 CARACTERÍSTICAS PREDOMINANTES DA REPÚBLICA VELHA

Torna-se importante apresentar que uma das características marcantes durante a República Velha, fora justamente a alternância no poder, entre políticos ligados a cafeicultura, fundamentalmente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, os quais dirigiam o país com os interesses voltados a própria oligarquia cafeeira.

Cabe ressaltar que antes do Estado de São Paulo se projetar como um dos principais produtores de café, o Rio de Janeiro até então liderava a produção nacional, entretanto a produção deste Estado gradativamente passou a diminuir em detrimento da fertilidade do solo, não havendo mais razões para novas plantações em terras já cansadas e cuja fertilidade fora de fato exaurindo-se com o passar dos anos.

GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 45) apresentam nitidamente a seguir a migração da produção do café, do Estado do Rio de Janeiro para São Paulo:

Sua produção iniciou-se nos arredores da cidade do Rio de Janeiro e adquiriu caráter itinerante, sempre em busca de novos solos que substituíssem aqueles desgastados por décadas de Cultivo. O principal rumo das plantações foi dado pelo Rio Paraíba do Sul, primeiro na então Província do Rio de Janeiro e depois no Vale do Paraíba em São Paulo, mais tarde, a produção cafeeira dirigiu-se para o interior de São Paulo (nas áreas de Campinas, Rio Claro, Moji Mirim, Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú etc).

Até a Proclamação da República, o Estado do Rio de Janeiro era o principal produtor de café do país naquela época, todavia tal liderança, como já mencionada no parágrafo anterior, fora cedendo espaço para o Estado de São Paulo, o qual mais tarde já se consolidaria como o maior produtor nacional de Café durante a República Velha, onde responderia com mais de 65% da produção nacional. (GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 45-46)

Neste contexto, torna-se oportuno exemplificar a projeção de São Paulo em relação ao Estado do Rio de Janeiro, no que concerne a produção do café, já a partir da República. A seguir destaca-se tabela 1 que demonstra tal crescimento, comparativamente entre os dois Estados em foco.

TABELA 1 BRASIL: PRODUÇÃO TOTAL DE CAFÉ E PARTICIPAÇÃO DE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 1884-1889 (QUANTIDADE EM 1.000 SACAS DE 60 KG).

<i>Ano</i>	<i>Brasil</i>	<i>Rio de Janeiro (%)</i>	<i>São Paulo (%)</i>
1884/85	6206	70,2	29,8
1885/86	5565	68,6	31,4
1886/87	6.078	65,7	34,3
1887/88	3033	64,0	36,0
1888/89	6827	63,6	36,4
1889/90	4260	61,6	38,4
1890/91	5358	56,4	43,6
1891/92	7397	54,4	45,6
1892/93	6202	52,3	47,7
1893/94	4309	51,2	48,8
1894/95	6695	48,10	51,9
1895/96	5476	47,9	52,1
1896/97	8680	45,5	54,5
1897/98	10462	43,7	56,3
1898/99	8771	40,3	59,7
1899/00	8959	39,5	60,5

FONTE: Bacha e Greenhill (1992), Apêndice Estatístico, Tabelas 1.3 e 2.6

NOTA: Tabela extraída de GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 45)

Pela tabela exposta, percebe-se facilmente a forte expansão de São Paulo na produção cafeeira, porém não menos importante, embora com menor produção destaca-se Minas Gerais. Ressalta-se que a participação de Minas no contexto nacional surge já a partir de 1900, com cerca de 15 a 20% da produção nacional, caracterizando-se naquele período como 2º produtor nacional, sendo que em primeiro lugar estava São Paulo e em terceiro Rio de Janeiro, respectivamente com percentuais de 60% a 70% e de 5% a 10%.

Pelos fatos que se constata na historiografia do Brasil, a República Velha no início do século passado, começa a apresentar sintomas de forte anomalia, quer seja no âmbito econômico quer seja na esfera política. Ambos os aspectos citados, de caráter distintos, vão se fundindo até que realmente passam a caracterizarem-se como elementos mútuos de uma crise potencial, que viria à tona, influenciada pelos demais acontecimentos que passariam a eclodir na esfera mundial, principalmente atrelado a crise de 1929/30.

Embora o complexo exportador cafeeiro tenha voltado a conhecer, nos anos 20, uma extraordinária expansão, a crise eminente de uma queda nos preços internacionais do café sempre estava presente, influenciada justamente pelas crises já amargadas anteriormente conforme expõe CARDOSO DE MELLO (1982, p. 156) no período entre guerras:

A expansão detém-se, porém, em 1913. A ameaça da guerra promove uma corrida às importações e, ao mesmo tempo, uma queda de preços internacionais do café, acarretando um déficit comercial inédito. Acrescente-se a isto a fuga de capitais para o exterior, ocasionada, da mesma maneira, pela perspectiva do conflito, para que se possa fazer um juízo da gravidade da situação cambial e monetária.

Os reflexos da primeira grande guerra mundial realmente repercutiram negativamente no Brasil, embora a recuperação econômica do país tenha sido de certa forma acelerada naquele período. Retrocedendo um pouco, seria importante mencionar que na década de 1890 o preço do café sofrera forte impacto, tendo seu preço no mercado internacional reduzido, atrelado fundamentalmente pela crise que os Estados Unidos apresentara naquele decênio, haja vista que os Estados Unidos era um dos principais importadores mundiais de café, onde o Brasil tinha peso significativo no fornecimento de tal produto.

O reflexo declinante do preço internacional do café, já vinha sendo registrado concomitantemente ao novo governo, sendo caracterizado como forte empecilho à gestão da nova República que emergia, fortemente apoiada pelos produtores de café. Para exemplificar tal crise, destaca-se a seguir a tabela 2, na qual compara-se os preços interno e externo do café, onde consegue-se a partir dos dados abaixo, mensurar com mais exatidão o impacto negativo na oscilação do preço internacional do café.

TABELA 2 BRASIL: TAXA DE CÂMBIO, PREÇO EXTERNO E INTERNO DO CAFÉ, 1889-1900.

Ano	Taxa de Câmbio (Dinheiros/Mil-Réis)	Preço Externo (1889 = 100)	Preço Interno (1889 = 100)
1889	27,4	100	100
1890	22,6	113	120
1891	14,9	90	171
1892	12,0	87	201
1893	11,6	103	276
1894	10,1	92	290
1895	9,9	91	262
1896	9,1	69	252
1897	7,7	47	180
1898	7,2	41	163
1899	7,4	42	156
1900	9,5	46	171

FONTE: Delfim Netto (1973), p. 61

NOTA: Tabela extraída de GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p.48)

Segundo GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p.48) “essa desvalorização do mil-réis decorreu de um conjunto de fatores: aumento do meio circulante em função da política monetária implementada⁵ na República, saldos comerciais reduzidos em vários anos e limitado volume de empréstimos externos, provocando acentuado declínio do valor da moeda nacional diante da libra esterlina”.

É notório que durante a vigência da política econômica voltada para a monocultura de exportação, houveram crises cíclicas que afetaram o país, como pode-se perceber nos parágrafos anteriores, e que realmente provocaram desvalorização acentuada do café, principalmente vinculadas a superprodução, todavia nestes períodos sempre houvera a intercessão dos Estados cafeeiros com o intuito de valorizar o produto e defendê-lo no âmbito externo.

Levando em consideração o quadro de crise acima delineado, não se poderia deixar de mencionar um dos mecanismos que na época fora criado para conter o aprofundamento da crise, cujo mecanismo fora denominado de Convênio de Taubaté, justamente porque na própria cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, em fevereiro de

⁵ Política de forte expansão do crédito interno, a partir de uma reforma bancária.

1906, reuniram-se os Presidentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para buscarem uma solução para o problema de preço que o café enfrentava.

Da reunião daqueles Estados, decidiu-se pela intervenção necessária no mercado cafeeiro, com a finalidade de evitar complicações mais graves da crise que se iniciara, sendo que tal intervenção, estabelecida pelo Convênio de Taubaté que se firmara, implicava nas seguintes medidas⁶:

1. compra do excedente da safra de café pelos governos;
2. obtenção de empréstimos externos para gerar os recursos para a compra do excedente;
3. cobrança de um imposto, em ouro, sobre cada saca de café exportado a fim de captar recursos para o serviço da dívida externa incorrida para a compra do excedente;
4. proibição de novas plantações de café naqueles Estados;
5. para evitar a valorização da moeda (em decorrência da entrada de volumosos empréstimos externos), seria estabelecida a caixa de conversão. Este seria um órgão emissor de moeda, com base no lastro de divisas representado pelos capitais externos que entravam no país (sob forma de empréstimos ou de investimentos diretos). Esta emissão (e a conversão do papel-moeda emitido em divisas) se faria a uma taxa fixa de câmbio, impedindo assim a valorização da moeda nacional (e, conseqüentemente, a perda de receita em mil-réis do produtor de café).

FURTADO (1977, p. 178-179) também aborda tal situação, de modo breve, ao apontar o apoio maciço dos Estados frente aos cafeicultores, visando a valorização do café:

⁶ As medidas acima apresentadas foram extraídas da obra Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado (1977).

Os estoques de café, que se avolumavam ano a ano, pesam sobre os preços, provocando uma perda permanente de renda para os produtores e para o país. A idéia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo no espírito dos dirigentes dos Estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana. No convênio, celebrado em Taubaté em fevereiro de 1906, definem-se as bases do que se chamaria política de “valorização” do produto.

A política de valorização do café, que fora mencionada acima, constituiu-se numa clara indicação das transformações que na época se operavam na estrutura político-social do país, cujas transformações tinham como foco principal a grande oligarquia cafeeira em detrimento as demais classes presentes no país. A descentralização republicana mencionada por Furtado havia de fato reforçado o poder dos plantadores de café ao nível regional, onde percebe-se de fato que tal descentralização não seria estranha à excessiva expansão das plantações de café.

Em torno da política de valorização do café, bem como dos mecanismos de desvalorização cambial, torna-se preciso assinalar a importância crescente da classe média urbana, dentro da qual se destacava a burocracia civil e militar, as quais eram diretamente afetadas pelas políticas vigentes na época e sob a liderança do então presidente Washington Luís. Torna-se evidente que o sistema começa a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio nos primeiros anos da década de vinte, que se revelam no inconformismo das classes médias e, sobretudo, nas revoltas tenentistas⁷ registradas naquela época.

É nítido o quadro de insatisfação que começara a delinear-se na década de vinte, todavia cumpre salientar que a crise política, também associada aos fatores econômicos, já vinham acumulando-se de outrora, cuja situação é bem resumida por BORIS FAUSTO (1970, p. 93-94):

A anterioridade da crise política só pode ser afirmada se substituirmos o conceito de “contradição econômica” pelo de “crise”, associando a esta noção o sentido de “crise catastrófica”. A estrutura econômica do país, baseada na monocultura cafeeira, torna-se extremamente vulnerável, a partir da Primeira Guerra Mundial, por depender de um único produto de exportação, em um mundo que tende cada vez mais à autarquia e ao protecionismo.

⁷ Movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem como alicerce.

Com sensatez e equilíbrio ponderado, BORIS FAUSTO (1970) também aborda que o problema não tem a mesma conotação e proporções no início da República e na década de vinte, a qual coincidirá com o término da República Velha e eliminação da política predominante do “café com leite”⁸. Assim, Fausto (1970, p. 120) continua com sua análise apontando:

Nos fins do século XIX e início deste século, as perspectivas do comércio internacional são promissoras e o Brasil detém praticamente o monopólio da produção mundial de café; nos anos vinte, a concorrência de outros países aumenta, a tendência à queda de preços acentua, a política de valorização se instala. Como mostra um economista, de resto pouco inclinado ao conceito de contradição, referindo-se à defesa permanente do produto, o sistema, por maior que fosse o seu bom êxito a curto prazo, medido, quer do ponto de vista do agricultor, que queria mil-réis por saca, quer do ponto de vista do governo, que desejava mais libras esterlinas por saca, continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando. Mantidos os preços altos interna e externamente, a liquidação do sistema era uma questão de tempo, pois em breve haveria uma superprodução incontrolável (ou brasileira, ou se nossos concorrentes) e seria impossível repetir-se a operação com bom êxito.

Considerando os aspectos vistos até o presente momento, bem como também levando em conta as políticas adotadas pelo governo na época para atenuar o forte impacto das crises sobre a economia cafeeira, quer sejam por influências internas e externas, pode-se averiguar intrínseco a essas políticas um importante princípio econômico proferido por KEYNES⁹.

Tal princípio, a que refere-se o parágrafo anterior, imortalizado na grande obra de KEYNES, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, prende-se ao fato da necessidade de intervenção do Estado na economia.

KEYNES (1936, p. 14) refere-se a intervenção do Estado afirmando:

A intervenção do Estado na economia era encarada como uma necessidade vital para sustentar o próprio sistema liberal político e econômico. Na sua proposta de programa político, o governo teria de assumir e reforçar funções bem específicas. Isto é bem claro na defesa da intervenção do Estado por ser o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual.

⁸ Política que predominou praticamente durante toda a República Velha (1889-1930), a qual projetava no poder ora um político Paulista ora um político Mineiro.

⁹ Economista de grande representação mundial, o qual através de sua obra A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda demonstra de modo inédito a necessária intervenção do governo na economia para aumento da demanda agregada.

Embora a intervenção do Estado vislumbrada por Keynes esteja ligada ao processo de constituição da demanda agregada, tal particularidade de sua teoria pode ser utilizada para alicerçar o fundamento da política adotada na época na então vigente República Velha, cuja medida inconsciente daquele período, estaria sendo materializada anos mais tardes pela Teoria Geral.

2.2 PANORAMA DO CAPITAL INDUSTRIAL DO BRASIL PRÉ-30

Um fator que não poderia deixar de ser mencionado é o fato de que a “industrialização” no Brasil já se iniciara durante o período do complexo exportador cafeeiro, entretanto tal industrialização assentava-se inicialmente com base na produção de “bens salários”¹⁰.

Torna-se importante registrar desta forma, que o capital cafeeiro desempenhou importante papel no início do processo de industrialização do Brasil, fundamentalmente inserido nos dois grandes ciclos do café, conforme afirma CARDOSO DE MELLO, (1982, p. 123). “O primeiro estende-se de 1886 à 1918, compreendendo doze anos de expansão e vinte de depressão. No segundo, a expansão ocorre entre 1919 e 1929, e a depressão se encerra somente com o boom cafeeiro posterior à Segunda Grande Guerra. Mas nossa análise se interrompe em 1933, quando se quebra o padrão de acumulação sobre exame, iniciando-se a Industrialização Restringida”.

Realmente a economia cafeeira exerce papel importante no que concerne ao surgimento do capital industrial e da grande indústria décadas mais tarde. Assim, não há de pairar qualquer dúvida de que a economia cafeeira, assentada em relações capitalistas de produção, engendrou os pré-requisitos fundamentais ao aparecimento do capital industrial.

¹⁰ Basicamente compostos por bens de consumo não duráveis, como alimentos, roupas etc.

CARDOSO DE MELLO (1969, p. 188-189), em sua importante obra “Condições sociais da industrialização: O caso São Paulo” coloca de fato tais condições em seus justos termos:

O processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, implica um grau relativamente desenvolvido da divisão social do trabalho. Este último processo, por sua vez, na medida em que se intensifica em moldes capitalistas, resulta na formação de um mercado especial, o de força de trabalho. Contudo, estes pré-requisitos são criados pela organização capitalista que antecede a produção propriamente industrial. Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, nesta mesma qualidade capitalista, e como capital, capitalista, criava as condições para a implantação do regime capitalista de produção industrial.

CARDOSO DE MELLO (1982, p. 99), neste contexto, a seguir aborda com bastante precisão, a estruturação do capital industrial, atrelado ao capital cafeeiro:

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.

Além do fator capital, oriundo do processo exportador cafeeiro, outro fator que também contribuiu para o delineamento da indústria no Brasil, seria a existência de imensa massa de trabalhadores, oriundos principalmente de outros países, vindos para o Brasil em razão do grande fluxo imigratório. Grande parte desse excedente de mão-de-obra, fora aplicado fundamentalmente na própria economia agro-exportadora e, mais tarde nas indústrias que começavam a instalar-se no país.

CARDOSO DE MELLO (1982, p. 101) faz um paralelo a respeito do excedente de mão-de-obra: “A existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador e, ainda, ‘depositou’ nas cidades um contingente de força de trabalho redundante (em relação às necessidades da economia cafeeira)”.

Houve momentos de discussão entre historiadores e economistas, de que a industrialização no Brasil tinha sido gerada quer seja por influência das crises cíclicas do café, quer seja pelo auge do complexo exportador cafeeiro, entretanto cabe deixar registrado que a industrialização somente viabilizou-se de fato em razão dos recursos oriundos da própria exportação do café, situação esta bem explicitada por CARDOSO DE MELLO (1982, p. 143):

A burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria. O capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro. Despontou, ao contrário, num instante de auge exportador, em que sua taxa de rentabilidade terá, certamente, alcançando níveis elevadíssimos.

Cumprе salientar que além das divisas obtidas com a exportação do café, a indústria que ora despontava no cenário nacional, também passara a ser beneficiada por algumas políticas deliberadas pelo próprio Estado, dentre elas a lei bancária de 1888, que estabelecia pluralidade de emissões, e a subsequente orientação imprimida à matéria pelo governo republicano, como ressalta CARDOSO DE MELLO (1982, p. 144-145):

Foi implementada a lei bancária de 1888, permitindo o estabelecimento de bancos de emissão. As notas bancárias substituíram as notas do Tesouro e resolveriam o problema de escassez de dinheiro. Mas a regulamentação da execução da reforma bancária exigiu que as emissões fossem feitas em prazo muito curto. Em apenas dois anos (1890-91), foram emitidos cerca de 335 mil contos em notas bancárias, aumentando 1,5 vez o saldo de papel moeda emitido.

Desta feita, com o crédito extremamente abundante e também vinculado ao fato de que a República criara instrumentos destinados a mobilizar e concentrar capitais, como finalidade de os bancos se tornarem empreendedores industriais e a reforma da lei de sociedades anônimas, desencadeou-se um intenso movimento de acumulação financeira, que mais tarde culminaria com uma crise financeira bastante forte em 1891. Acontece porém, que as condições de financiamento não se deterioraram, justamente porque os déficits orçamentários acarretaram uma considerável expansão do papel moeda emitido.

Novamente abordando a questão da existência de um excedente de trabalhadores, sendo que boa parte destes viriam a ser incorporados pela indústria emergente, torna-se importante expor que tal volume de mão-de-obra necessitaria de condições básicas para a sua própria reprodução, ou seja, a reprodução da força de trabalho. Neste cenário, CARDOSO DE MELLO (1982, p. 145) aborda requisitos necessários para tal reprodução, conforme discorre a seguir:

No entanto, a disponibilidade de trabalhadores livres não é suficiente para que se assegure a reprodução da força de trabalho, que dependeria, ademais, da existência de alimentos e dos manufaturados de consumo. Na medida em que a agricultura comercial de alimentos não se criou previamente, os dois itens básicos componentes do custo de reprodução da força de trabalho dependeriam do próprio complexo exportador, quer dizer, da existência de capacidade suficiente para importar.

Considerando os aspectos facilitadores, propiciados pelo complexo cafeeiro, CARDOSO DE MELLO (1982, p. 147) afirma que ele próprio constitui-se de fato como um dos pilares da indústria nacional:

Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de insumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial.

Analisando o início do processo industrial do Brasil, percebe-se a instalação de uma determinada grande indústria, a de bens de consumo assalariado, mais precisamente a indústria têxtil, isto porque tanto a indústria têxtil, como a de bens de consumo leve, tornava-se mais atrativa em razão de suas tecnologias serem relativamente simples e de certa forma estabilizadas. Atreladas a estes fatores, há de se ressaltar também o fácil manejo dessas indústrias e inteiramente contidas em equipamentos amplamente disponíveis no mercado internacional, bem como o tamanho de sua planta e investimentos iniciais, acessíveis à economia Brasileira.

Embora o complexo industrial tenha experimentado um rápido crescimento em sua estrutura, cabe deixar bem enfatizado, principalmente durante toda a República Velha, que tal ramo de atividade econômica em nenhum momento fora colocado como centro das atenções, bem como também os demais produtos da pauta de exportações,

cujo foco principal sempre esteve alicerçado na política cafeeira de exportação, sendo esta a força motriz daquela economia e, amplamente defendida pelo então presidente da República Washington Luís, o qual privilegiava veementemente as oligarquias cafeeiras.

CARDOSO DE MELLO (1982, p.157-158), neste aspecto, destaca importante atenção que na época era dada ao café, onde segundo ele:

Os demais complexos exportadores, o setor industrial e agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas pouco cresceram e, por isto, foram incapazes de “disputar” o incremento da força de trabalho com o complexo exportador cafeeiro. Basta tomar em conta que as exportações de café passam de 56% do total, em 1919, para, em média, mais de 70% na segunda metade da década, para que não se tenha qualquer dúvida a respeito do medíocre comportamento dos demais complexos exportadores. E é suficiente revelar suas taxas de crescimento para que se avalie o relativamente fraco desempenho da produção agrícola industrial.

Realmente percebe-se que há uma forte tendência ao complexo exportador, todavia o mesmo na contrapartida não se constitui fato gerador do desenvolvimento como um todo. CARDOSO DE MELLO (1982, p. 157-158) continuando sua análise descrita no parágrafo anterior expõe que “numa palavra, tomada a década de 20 como um todo, praticamente o complexo exportador cafeeiro mostrou-se dinâmico. Há nesta afirmativa, no entanto, uma meia verdade, pois teríamos de admitir que, durante o período, a economia cafeeira contaria com uma alta capacidade de “acumulação fechada”. Quer dizer, teria sido capaz de reproduzir ampliamente tanto o capital constante quanto o capital variável, fazendo apelo quase tão somente às importações que ela mesma geraria”.

Mesmo colocada num segundo plano, o capital industrial fora desenvolvendo-se, mais notadamente no eixo Rio-São Paulo, justamente pelo fato destes dois Estados concentrarem as maiores áreas de produção cafeeira, o que reafirma a forte relação entre o café e a indústria.

Como fora visto na primeira seção do presente capítulo, até a Proclamação da República, o Estado do Rio de Janeiro era o principal produtor de café e, conseqüentemente maior concentrador de indústrias. Com o deslocamento da produção

para o Estado de São Paulo, este último passara a liderar em âmbito nacional, tanto a produção do café como a produção industrial, sendo que no tocante cultura de exportação do café, São Paulo naquela época, detinha mais de 65% da produção, fator este que também facilitava o aparelhamento industrial do Estado.

A tabela 3, a seguir, fornece alguns dados comparativos sobre a indústria no Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal) e no Estado de São Paulo entre 1907 e 1929

TABELA 3 BRASIL, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA, 1907, 1920, 1929.

Ano	1907			1920			1929	
Características	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio de Janeiro	São Paulo
Número de Estabelecimentos	3.258	662	326	13.336	1.542	4.145	1.937	6.923
Capital (Contos de Réis)	653.555	167.120	127.702	1.815.156	441.669	537.817	691.661	1.101.824
Força Motriz (Cavalos valor)	109.284	22.279	18.301	310.424	69.703	94.099	_____	_____
Operários	149.018	34.850	24.186	275.512	56.517	83.998	93.525	148.376

FONTE: Silva (1976), p.78-79

NOTA: Tabela Extraída de GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p.66).

Com base na tabela acima, no ano de 1907 torna-se nítido certa superioridade do Estado do Rio de Janeiro sobre o Estado de São Paulo, todavia em 1920 São Paulo passa liderar em todos os indicadores, sendo que anos mais tarde, em 1929, São Paulo já figura de fato como Estado hegemônico.

GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 66), fazem a seguir breve comentário a respeito dos dados constantes na tabela acima:

Em 1907, essas duas regiões respondiam por 49% do valor da produção industrial do Brasil, de acordo com o levantamento realizado pelo Centro Industrial do Brasil. Desse montante, 33% cabiam ao Rio de Janeiro e 16% a São Paulo, indicando a primazia da indústria carioca nesse momento. Já para 1920, os dados censitários indicam o avanço da indústria paulista sobre a do Rio de Janeiro: justas, realizavam 52% do valor da produção industrial, cabendo a São Paulo 33% e ao Rio de Janeiro 20% (cf.Silva, 1976, p.80).

Conforme visto no início desta etapa, torna-se evidente que os estímulos da expansão cafeeira possibilitaram o aparelhamento da indústria, cuja mesma após 1890 dirigiram-se principalmente para a região do Oeste de São Paulo, haja vista que ali se localizaram as novas plantações de café, bem como a implantação das novas linhas férreas e a concentração da grande massa de imigrantes vindos da Europa.

GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 67) afirmam que o Brasil presenciou forma diferenciada em seu processo de industrialização, cujas características são bem expostas a seguir:

Admite-se, em geral, que no Brasil não se teria observado a sequência artesanato-manufatura-indústria. Por se tratar de um processo retardatário de industrialização, teria sido possível “saltar etapas”, ingressando já num estágio técnico semelhante ao dos países mais adiantados. Essa fato seria expresso pelo predomínio das grandes empresas industriais, já mecanizadas, no conjunto da indústria brasileira (ou, pelo menos, nos ramos industriais mais importantes).

Para comprovar a hipótese em questão, será necessário recorrer aos dados computados nos censos industriais realizados de 1907 e de 1920, os quais poderão comprovar tal hipótese, ancorados nas tabelas a seguir.

TABELA 4 RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1907.

Dados Relativos a Estabelecimentos industriais com mais de 100 Operários	Rio de Janeiro	%sobre o total	São Paulo	% sobre o total
Número de Estabelecimentos	64	9,55	70	21,47
Número de Operários	20.056	56,91	19.306	79,82
Capital (contos de réis)	222.721	68,27	251.776	82,83
Valor da produção (contos de réis)	103.408	46,18	88.759	75,15

FONTE: Silva (1976), p.84-85

NOTA: Tabela Extraída de GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p.68).

TABELA 5 RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1920.

Dados Relativos a Estabelecimentos com mais de 100 Operários	Rio de Janeiro	São Paulo	
		%sobre o total	% sobre o total
Número de Estabelecimentos	99	6,4	147
Número de Operários	35.842	63,0	54.123
Capital (contos de réis)	320.492	73,0	—

Fonte: Silva (1976), p.88-89

Nota: Tabela Extraída de GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p.68).

Os dados acima agrupados são bem relevantes, onde GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 68) apontam que:

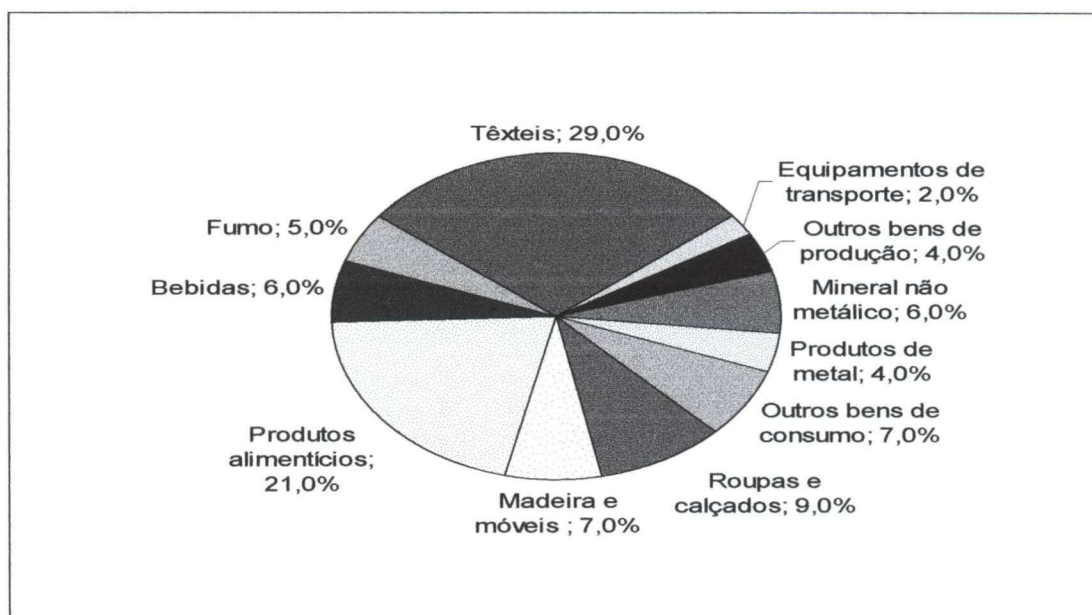
Pode ser observado, em 1907, no Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal), as empresas com mais de 100 operários, embora correspondessem a apenas 10% do total de estabelecimentos, englobavam 68% do capital das indústrias recenseadas, 57% dos operário empregados e 46% do valor da produção industrial. Já em São Paulo, as grandes empresas, com mais de 100 operários, abarcavam 22% do total de estabelecimentos, 83% do capital declarado, 80% do número de operário e 75% do valor da produção.

Convém lembrar que esse censo (promovido pelo Centro Industrial do Brasil) foi incompleto, pois não levantou os estabelecimentos com menos de cinco operários. Conseqüentemente, os dados tendem a superestimar a verdadeira participação das grandes empresas na indústria do Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo com essa ressalva, os dados são suficientes para confirmar a hipótese de grande concentração da indústria em torno de grandes empresas.

Para ilustrar a posição industrial do Brasil naquela época, mais precisamente durante a década de 20, do século passado, estará sendo utilizado o gráfico constante da próxima página, sendo que em termos setoriais GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2002, p. 356-357) afirmam que “nessa primeira fase, se destacavam a produção de bens de consumo leve, onde de acordo com o censo industrial de 1920, os produtos têxteis, alimentícios e bebidas respondiam por mais de 80% do valor da produção industrial no país. Os demais ramos industriais existentes eram basicamente setores acessórios, que surgiam para a prestação de serviços aos principais setores”.

GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2002, p. 356-357) seguem discorrendo acerca das atividades representativas dos setores mais relevantes do Brasil na época onde “um exemplo seriam as oficinas que, com o tempo, passaram a produzir algumas peças de reposição internamente. Outro exemplo de atividades industriais eram aquelas que visavam suprir a demanda de instrumentos de trabalho para a agricultura (enxadas, arados etc.) e peças de reposição para as estradas de ferro. Mas todos esses setores -, metal-mecânico, de transportes – eram menos significativos no total da produção industrial, e esta, no produto econômico”.

GRÁFICO 1 ESTRUTURA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL – BRASIL – 1919



FONTE: Censo Industrial de 1920

NOTA: Gráfico Extraído de GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR (2002, p.357).

Através do gráfico acima, percebe-se com nitidez que a produção estava voltada fundamentalmente para os bens de consumo, mais precisamente aqueles denominados de bens saláris, sendo importante ressaltar a participação dos produtos alimentícios e têxteis, que juntos representavam exatamente 50% da produção nacional.

Somando-se todos os produtos caracterizados como de bens de consumo, tem-se um total de 83,4% da produção nacional, onde o restante, 16,6%, representava

aqueles bens ditos de produção, produzidos em diminuta escala, quase que desprezível a sua participação no cenário nacional.

Embora houvesse uma diversificação de certa forma relevante, cumpre salientar novamente que a produção industrial encontrava-se num segundo plano, estando o complexo exportador cafeeiro sempre no foco econômico da República Velha, todavia, com será visto no próximo capítulo, o centro dinâmico da economia passará por uma inversão, influenciado pela crise mundial de 1929/30 e fundamentalmente através da Revolução de 1930, que projeta Getúlio Vargas no poder, e que paulatinamente vai substituindo a economia cafeeira com centro do processo político-econômico.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E O TENENTISMO NO PERÍODO PRÉ-30

Torna-se notório no estudo dos aspectos sócio-econômicos e políticos da primeira República, a formação de camadas sociais organizadas com o intuito de fazer valer também seus interesses, os quais eram postos de lado pela Burguesia nacional, a qual segundo FAUSTO (1970, p. 51) a define como “categoria que engloba os industriais, os comerciantes e os fazendeiros de café”.

Num primeiro momento verifica-se a formação da chamada pequena-burguesia, a qual mais tarde passa-se a ser referida como classes médias urbanas, cuja mesma, conforme afirma FAUSTO (1970, p. 51), englobava “os funcionários, os empregados do comércio, o proletariado urbano e rural”.

Pelos acontecimentos e direção que tomava a Primeira República, liderada pelos interesses predominantes das oligarquias cafeeiras, seria inevitável um forte choque, onde envolveria a burguesia nacional, representada fundamentalmente pela oligarquia cafeeira, e as classes médias urbanas, estando esta última amparada no estrato protetor representado pelo exército, que mais adiante será tratado como o tenentismo.

FAUSTO (1970, p. 51) a seguir expõe com muita autoridade o conflito que se formava, mencionado no parágrafo anterior, sendo que “O choque de forças sociais

seria redutível a uma oposição entre as classes médias urbanas, com suficiente consciência política, e as oligarquias, que só pôde evoluir para a crise revolucionária de 1930, pela cisão das oligarquias e pelo fato das classes médias terem encontrado uma expressão política no movimento tenentista”.

Na presente pesquisa que está sendo feita, da composição social durante as primeiras décadas do século XX, é importante deixar bem expresso que as Forças Armadas não tem composição nas classes médias urbanas, haja vista que as mesmas são tratadas diferencialmente através do movimento denominado de tenentismo, cujo papel fora de fato significativo em prol da reversão do quadro limitante até então imposto pela República Velha.

Para ilustrar a análise em pauta, torna-se importante demonstrar um quadro quantitativo da população economicamente ativa do Brasil na época, mais precisamente na década de 20, cuja mesma estava inserida nas classes médias urbanas.

TABELA 6 POPULAÇÃO DO BRASIL POR PROFISSÕES – 1920 (ÍNDICE 1.000)

Profissões	Nº de pessoas	%
Exploração do solo e sub-solo	6.451.530	701,94
Indústrias	1.189.357	129,40
Transportes	253.587	27,59
Comércio	497.548	54,13
Força Pública	88.863	9,62
Administração (pública ou particular)	137.879	15,00
Profissões liberais	168.111	18,29
Pessoas que vivem de sua renda	40.790	4,44
Serviço doméstico	363.879	39,59
TOTAL	9.191.044	1.000,00

Fonte: Recenseamento do Brasil – 1920.

Nota: Tabela Extraída de FAUSTO (1970, p.54)

Cabe deixar bem claro que a tabela acima descreve apenas a população com base nas profissões definidas na época, sendo que o Brasil naquele período já contava com aproximadamente 30.635.605 habitantes.

A seguir extrai-se pequeno trecho da obra de FAUSTO (1970, p.54) para melhor discriminar os dados contidos na tabela 1.6:

A melhor expressão quantitativa destes setores, para a década de vinte, é o Recenseamento realizado naquele ano, que registrou um total de 30.635.605 habitantes no Brasil, dos quais 9.191.044 (mais ou menos 30%) tinham profissão definida. Os outros 70% entraram na rubrica “profissões mal definidas, não declaradas e sem profissão”, havendo porém 12.631.575 pessoas na faixa de idade entre menos de 1 a 14 anos.

Da mesma forma, a seguir destacam-se duas tabelas, as quais tratarão respectivamente da população por Estado e Distribuição profissional da população, sendo que nesta última será apenas abordado o Estado de São Paulo e Distrito Federal, o qual à época encontrava-se instalado no Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 7 POPULAÇÃO DAS CAPITAIS DOS ESTADOS – 1920.

<i>Estado</i>	<i>População</i>
Aracaju	37.440
Belém	236.402
Belo Horizonte	55.563
Curitiba	78.986
Cuiabá	33.678
Florianópolis	41.338
Fortaleza	78.536
Goiás	21.223
Maceió	74.116
Manaus	75.704
Natal	30.696
Niterói	86.238
Paraíba	52.990
Porto Alegre	179.263
Recife	238.843
São Luís	52.929
São Paulo	579.033
São Salvador	283.422
Terezina	57.500
Vitória	21.866
Distrito Federal	1.157.873

Fonte: Recenseamento do Brasil – 1920.

Nota: Tabela Extraída de FAUSTO (1970, p.55).

Com base na tabela 7, percebe-se a presença de grande contingente populacional nos Estados do Brasil na época, entretanto, boa parcela das pessoas não estavam ainda empregadas na indústria, salvo o Estado de São Paulo e Distrito Federal (na época Rio de Janeiro), onde os capitais oriundos da produção cafeeira já possibilitavam, embora bem lentamente, a implantação e organização de pequenas indústrias, as quais paulatinamente começam a absorver boa parte da população em seu respectivo setor.

TABELA 8 DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO SÃO PAULO E DISTRITO FEDERAL – 1920

Profissões	Nº de pessoas		%	
	São Paulo	D.Federal	SP	DF
Indústrias	100.388	154.397	48,5	32,0
Comércio	30.582	88.306	14,8	18,3
Serviço doméstico	15.476	71.752	7,4	14,9
Transportes	13.914	44.107	6,7	9,1
Administração	8.985	35.355	4,3	7,3
Exploração do Solo e sub-solo	14.500	30.664	7,0	6,4
Profissões liberais	13.980	27.219	6,7	5,6
Força pública (Exército)	5.783	24.835	2,8	5,2
Pessoas que vivem de sua renda	3.847	5.910	1,9	1,2

Fonte: Recenseamento do Brasil – 1920.

Nota: Tabela Extraída de FAUSTO (1970, p.56).

O propósito de ambas as tabelas é o de demonstrar de fato o quantitativo da população do Brasil, pertencentes às classes médias urbanas, bem como às forças armadas, de modo a possibilitar a compreensão do peso que ambos os setores exerceriam sobre a Burguesia Nacional, no conflito dos interesses no que tange aos aspectos econômicos e políticos.

Com será visto no final do presente capítulo, a Revolução de 1930 terá grande apoio das classes médias urbanas, como já descritas acima, bem como também contará com o apoio maciço das forças armadas, cujos movimentos em sincronia viabilizaram de fato um dos alicerces para o golpe.

Inicialmente FAUSTO (1970, p. 57) com muita sobriedade, caracteriza a seguir um dos papéis significativos do movimento tenentista para o país, quer seja no âmbito de proteção armada, quer seja no âmbito de defesa de seus próprios interesses:

Começemos pela análise de tais relações, que têm particular importância pois, como é sabido, os “tenentistas” desempenharam um papel organizatório significativo no episódio revolucionário e detiveram vários postos de direção do Estado, durante os primeiros anos do governo Vargas. Procuraremos estabelecer, sempre que possível, uma distinção entre o tenentismo anterior a 1930 e o pós-revolucionário. De fato, a experiência de governo dá outra configuração ao movimento, e abre a possibilidade de que a representação política das classes médias assuma formas peculiares.

Conforme exposto por Fausto no texto acima, extraído de sua obra *A Revolução de 1930*, o tenentismo iniciou-se de fato como um movimento de rebeldia, entretanto de forma eletista num primeiro momento, deslocado da classe popular da sociedade. Este movimento intensifica-se de tal forma, que culmina com uma série de revoltas armadas, onde confirma-se este aspecto através das ponderações expressas a seguir por FAUSTO (1970, p. 57):

O Tenentismo desta fase pode ser definido, em linhas gerais, como um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião. As explosões de rebeldia – da revolta do Forte de Copacabana à Coluna Prestes – ganham gradativa importância e consistência, tendo no Rio Grande do Sul uma irradiação popular maior do que em outras regiões. Estas se iniciam, em regra, com o caráter de tentativa insurrecional independente dos setores civis e embora este quadro pouco a pouco se modifique, até se chegar ao acordo nacional com as oligarquias dissidentes na Revolução de 1930, o desencontro de caminhos permanece.

O tenentismo pré-30 implantou-se justamente para expor a insatisfação generalizada da sociedade para com a situação econômica e social que o Brasil encontrara-se na época, inclusive depositavam neles próprios a figura de “salvadores da pátria”, conforme afirma FAUSTO (1970, p. 57) “Os ‘tenentes’ se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiões da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme”.

As forças armadas, representadas pelo movimento tenentista, realmente depositavam em si próprios o papel relevante de manter a instabilidade e promover a ordem em prol de uma coesão nacional, sendo que tal espírito nacionalista fica bem nítido no quadro a seguir, extraído de Documentos Históricos do Estado-Maior do

Exército, onde o General Arnaldo de Souza Paes de Andrade expõe ao então Ministro do Exército a importância das forças armadas para o Brasil:

QUADRO 1 CARTA DO GEN.ARNALDO DE SOUZA PAES DE ANDRADE

E é mister, Sr.Ministro, não esqueçamos de que sempre delicado é o momento internacional, mesmo quando os congressos de amizade procuram pacificar os ânimos e o juízo dos povos e conduzi-los para uma obra de conagraçamento profícuo, não menos delicado é o momento na vida interna de cada nacionalidade. E o Brasil não poderia ser uma excepção.

As nossas condições internas, tão profundamente perturbadas em razão de acontecimentos, cuja gravidade não necessitamos encarecer, exigem da nossa parte, especialmente da parte dos Chefes do Exército, uma atenção meticulosa e actos de meridiana clareza, afim de que a instituição não soffra as suas consequências. É que o Exército, em meio á tempestade, sempre ameaçadora, é, ainda, e quasi só, o elemento vital de cohesão dentro do organismo da Nação, e caber-lhe-á, certamente, no momento critico, a missão de restabelecer a ordem geral. Precisa, pois, estar preparado para esse fim evitando as surpresas, que, no estado em que se acha, reverteriam em seu descrédito.

A instituição destinada á defesa da Pátria é que tem sido um elo inamolgável na estrutura da nacionalidade, apesar das suas próprias crises, e, se assim não se mantiver, amanhã não contaríamos com um Brasil dentro da ordem e da união dos seus filhos.

Não nos illudamos porque, á face do que observamos na vida política do Brasil, o Exercito representa, só elle, o sentimento profundo da cohesão nacional. Trabalhando para a solução dos grandes problemas nacionais (siderurgia, combustiveis, etc.) o Estado-Maior do Exercito procura concorrer para a nossa emancipação econômica, único meio de termos forças armadas efficientes.

Fonte: Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército, 1936.

Nota: Extraído de Documentos históricos do Estado-Maior do Exército (1996, p.184-185)

Desta forma, através dos diversos movimentos armados que deflagrou-se nas primeiras décadas do século XX, pode ser percebido o cunho fortemente político que emanava do tenentismo, que ganhava de fato simpatia e adesão popular cada vez mais intensa.

Neste contexto de movimentos armados, instaurados para justamente promover a ordem, destaca-se a seguir quadro extraído de Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército, que ilustra movimento de rebelião ocorrido na cidade de São Paulo em 09 de Julho de 1932, que marcou a história como a “Revolução Constitutionahsta”:

QUADRO 2 A REVOLUÇÃO DE 1932

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
2ª SECÇÃO.

RIO DE JANEIRO, 10-VII, às... horas.

BOTELIM DE INFORMAÇÕES Nº 1

I – Estalou na noite de 9 para 10, na Capital do Estado de São Paulo um movimento revolucionário, que se irradiou por algumas cidades, inclusive Santos.

Assumiu o Comando das forças rebeladas o Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo em nome do General Izidoro Dias Lopes, que se diz Chefe das “Forças Constitucionalistas”.

Parece que tal rebelião conta com tropas aquarteladas na Capital paulista.

A estrada de Ferro Central do Brasil, informou que da estação do Norte (São Paulo), partiu um trem às 6 horas rumo N.E.. No começo da tarde de hoje chegou à estação de Cachoeira um trem conduzindo tropas, vindo da direção da capital de S. Paulo. Parece tratar-se do trem que partiu da estação do Norte às 6 horas.

Sabe-se precisamente que em Lavrinhas, estação do ramal de São Paulo, imediatamente ao N.E. de Cruzeiro, os trilhos foram arrancados.

II – Telegramas recebidos do Comandantes do 16º B.C e 17º B.C, da Circunscrição Militar, declaram que sua unidade mantem-se disciplinadas.

III – General Comandante 1ª R.M., enviou uma Cia. e uma Séc.Mtr.P., para ocupar Barra do Pirai e proteger os túneis. A mesma autoridade estabeleceu entendimento no sentido de impedir qualquer surto de origem comunista.

Essa divisão engajar-se-á na direção do Vale do Paraíba contra as forças rebeldes.

IV – O General Firmino Borba, eu assumiu desde ontem o Comando da 4ª R.M., recebeu, hoje, ordem para iniciar as operações contra os revolucionários. Esta autoridade comunicou que a polícia do Estado de Minas Gerais está fiel ao Governo, conforme telegrama recebido do Dr.Capanema, Secretario do interior.

V – O General Pereira de Vasconcellos, Comandante da 2ª R.M.assumiu o comando da guarnição de Caçapava.

VI – A 3ª R.M. e as organizações policiais e provisórias iniciaram a marcha na direção de São Paulo.

VII – Demais guarnições do Brasil e governo dos demais Estados continuam fieis ao Governo Provisório.

VIII – CONCLUSÃO: O movimento revolucionário acha-se até agora circunscrito no Estado de São Paulo.

Medidas enérgicas foram tomadas para sua repressão.

Fonte: Boletins de Informação do Estado Maior do Exército – Vol XVI, ano 1932.

Nota: Extraído de Documentos históricos do Estado-Maior do Exército (1996, p.144-145)

Pelo quadro acima, percebe-se certa instabilidade no início do novo governo, entretanto com a ação rápida e eficaz, o foco de rebeldia fora contido.

Neste primeiro momento de revoltas e lutas contra a burguesia nacional, FAUSTO (1970, p.63) destaca que “O tenentismo da primeira fase poder ser definido como um movimento voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizador, “eletista”, vagamente nacionalista”. Realmente a insatisfação que passara a tomar conta da sociedade, prendia-se ao liberalismo excessivo, que gerava uma república demasiadamente descentralizada e divorciada dos interesses das classes médias urbanas, as quais amargavam com as diretrizes do novo governo republicano, cuja situação se agravaria ainda mais durante a gestão do Presidente Washington Luís.

Com a descentralização dos estados, havia forte autonomia de cada unidade federativa, o que causava conflitos marcantes de interesses, sendo que por tal motivo criara-se oposição contra tais fatores, que limitavam, sobretudo, o crescimento político, econômico e social do Brasil como um todo, cuja situação de inconformismo estaria amparada nos escritos de FAUSTO (1970, p. 64), onde “a mesma crítica à excessiva autonomia aparece nos escritos do tenente Nunes de Carvalho, que responsabiliza os republicanos históricos pela transformação dos Estados da Federação em vinte feudos, cujos senhores são escolhidos pela política dominante ou pelo próprio Presidente da República e chega a assumir a forma de uma proposta de supressão das unidades estaduais, em um livro do bacharel da Coluna Prestes, Lourenço Lima”.

A caracterização do tenentismo, como um movimento eletista, apoiado pelas classes médias urbanas, tem especial finalidade, principalmente como “preparação do terreno” para a Revolução de 1930, inclusive FAUSTO (1970, p. 65) destaca que “o eletismo tenentista se revela, desde logo, na estratégia revolucionária: a insurreição desligada das classes populares, incapazes de superar a passividade e promover, por suas próprias mãos, a derrubada das oligarquias. Mas a intervenção da força armada visa também a prevenir excessos”.

Além da preparação para a Revolução de 1930, o movimento tenentista, amparado pelas forças armadas, ainda representaram importante papel para instituição do Estado Novo em 1937, bem como para conter outros movimentos de insurreição e rebeldia, como o Caudilhismo ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, cuja ação do exército para conter tal movimento é descrito brevemente no quadro abaixo, extraído de Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército:

QUADRO 3 CONTENÇÃO DE DISTÚRBIOS INTERNOS – CAUDILHISMO

I – SITUAÇÃO INTERNA

A partir do 2º semestre de 1936 e em todo anno de 1937, o espirito de caudilhismo, a acção por elle propulsionada e tantos outros males que tem feito ao nosso paiz, empolgaram, novamente, a attenção dos poderes constituídos, que não mais se podiam conservar indifferentes aos interesses da própria unidade nacional. Aproveitando-se da situação geographica, francamente favorável ás combinações que objectivam a redução da já precária situação defensiva do Brasil, o Governador do Rio Grande do Sul começou a por em pratica o plano concebido pela sua impatriótica ambição politica, fazendo guarnecer pontos de insophismavel importância no caso de operações militares e creando, em várias regiões do território riograndense e mesmo fora d'elle, núcleos de resistência contra um possível e aconselhável intervenção do Governo da União.

A existência e o desenvolvimento de factos de tamanha gravidade não podiam, infelizmente, ser acompanhamento com o devido cuidado pelo Estado-Maior do Exercito.

Não pude, portanto, esconder minha surpresa ao ser incumbido desde o 3º trimestre de 1936, de organizar um plano de acção capaz de reduzir o perigo decorrente da situação que se creara no Rio Grande do Sul e que se alastrava, combinadamente, por outros pontos do paiz.

Convencido de que os projectos governamentais encerravam uma medida de indiscutível alcance patriótico, dispuz-me a vencer sérias resistências e a batalhar, com toda a minha alma de soldado, pela intangibilidade da unidade nacional e pelo prestigio da autoridade, que a encarna e defende. Era, então, Inspector do 1º Grupo de Regiões Militares.

Apoiado por alguns chefes militares de renome do Exercito e encorajado pelas palavras do supremo magistrado da Nação, então vivamente empenhado no extermínio do caudilhismo, dei inicio aos trabalhos de minha nova missão, submettendo o Estado-Maior do Exercito a série de providencias que se me afiguraram necessárias e recebendo do Governo, por intermédio do Ministro da Guerra, as instrucções correspondentes, (doc.n.....anexo) máo grado amargas decepções, alvo de aleives quando já em divergência indisfarçável com o antecessor de V.Exa.

Fonte: Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército, 1937.

Nota: Extraído de Documentos históricos do Estado-Maior do Exército (1996, p.200-201)

FAUSTO (1970, p.65) também afirma que:

A versão militar da famosa frase atribuída a Antônio Carlos “façamos a revolução antes que o povo a faça” – se encontra neste texto do tenente Juarez Távora: A História não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo, ou, pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas. E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: tem valido, no meio de desordens generalizadas que caracterizam essas crises sociais, como um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular.

Realmente ao se fazer alusão a outros fatos históricos, percebe-se realmente que a não interferência militar poderia ocasionar uma desordem generalizada, onde FAUSTO (1970, p. 65) de forma sóbria aponta que “a França de 89 e a Rússia de nossos dias pagaram tributos caríssimos de sangue à sede de vingança das massas oprimidas, enquanto o delírio da demagogia se não submeteu à influência moderadora do elemento militar. E quem, entre nós seria capaz de prever as últimas conseqüências da subversão social criada pelo predomínio incontrastável do populacho? Será essa a revolução que admitem os nosso políticos?”.

Percebe-se assim que o movimento tenentista teve papel fundamental na organização revolucionária, tendo também exercido importante função após a Revolução de 1930, inclusive ascendendo a postos governamentais no início do governo revolucionário.

2.4 A CRISE CAFEIRA E A CRISE MUNDIAL DE 1929/30

Na análise que se faz do período da monocultura de exportação, atrelada fundamentalmente a cultura do café, percebe-se com bastante nitidez, inclusive com base nos estudos empíricos da época, que o ciclo evolutivo do café de fato passou por períodos de forte crescimento e também de grande desaceleração, sendo que na fase de crescimento torna-se importantíssimo destacar o grande volume de capitais que ingressaram no país e que possibilitaram certo crescimento econômico.

Analisando-se a crise pela qual o Brasil passara, concomitantemente a grande depressão mundial de 1929/30, poder-se-ia traçar um paralelo com a obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de Keynes, (1936), mais precisamente no aspecto do ciclo econômico. É sabido que o Brasil já havia alcançado um patamar máximo no que condiz com a produção do café, cuja produção continuada culminaria inevitavelmente com uma crise de superprodução.

Assim, Keynes já delineava uma tendência de ascendência e de descendência para uma economia qualquer, sendo que esta última fase apresentaria maiores dificuldades para uma eventual reversão, o que de certa forma ocorreu com o Brasil, onde deflagrada a crise, tornou-se demasiadamente difícil e demorada a sua recuperação. Tal conceito é melhor explicitado por Keynes conforme verifica-se a seguir:

Por movimento cíclico queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impelem para cima adquirem, inicialmente, impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente, até que, alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar às forças contrárias. Todavia, por movimento cíclico não queremos dizer simplesmente que essas tendências ascendentes e descendentes, uma vez iniciadas, não persistam indefinidamente na mesma direção, mas que acabam por inverter-se. Queremos dizer, também, que existe certo grau reconhecível de regularidade na sequência e duração dos movimentos ascendentes e descendentes. Contudo, para que a nossa explicação seja adequada, devemos incluir outra característica do chamado ciclo econômico, ou seja, o fenômeno da crise – o fato de que a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina. (KEYNES, 1936, p.243-244)

Através do fragmento acima, extraído da obra de Keynes, a intenção é a de demonstrar teoricamente a existência de períodos de crescimento do café, bem como na contrapartida a presença de crises cíclicas, as quais são facilmente perceptíveis nos dois grandes períodos da cultura cafeeira, estando o primeiro compreendido entre 1886 e 1918 e o segundo período compreendido entre 1919 e 1932.

O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira, vinculado principalmente as condições celebradas no Convênio de Taubaté, descritas acima na seção 1.1, funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século passado, todavia com o advento da crise mundial que se deflagrara em 1929/30, o mecanismo em questão encontrou-se numa situação extremamente vulnerável.

Para se entender a crise do café, torna-se demasiadamente importante traçar um panorama cambial do Brasil na época, pois além da crise mundial, que reduziu abruptamente o preço internacional do café, a taxa de câmbio também contribuiu para que tal deslocamento ocorresse. Para FURTADO (1920, p. 187) “A grande acumulação de estoques de café de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda do preço internacional do café”, conforme poderá ser verificado na tabela a seguir que demonstra nitidamente a queda progressiva de seu respectivo valor.

TABELA 9 CAFÉ: PREÇO DE IMPORTAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS, 1925-1964 (VALOR EM CENTAVOS DE US\$ LIBRA-PESO).

Ano	Preço	Ano	Preço	Ano	Preço	Ano	Preço
1925	22,3	1935	7,6	1945	12,7	1955	52,2
1926	21,6	1936	7,7	1946	17,2	1956	51,2
1927	18,5	1937	8,9	1947	24,0	1957	49,5
1928	21,3	1938	6,9	1948	25,1	1958	43,9
1929	20,4	1939	6,9	1949	27,2	1959	35,7
1930	13,1	1940	6,2	1950	44,7	1960	34,3
1931	10,1	1941	7,9	1951	50,5	1961	32,4
1932	9,1	1942	12,0	1952	51,3	1962	30,4
1933	7,9	1943	12,4	1953	52,7	1963	30,3
1934	8,8	1944	12,5	1954	65,7	1964	39,6

Fonte: 1925-1956: Delfim Netto (1973), p.56.

1957-1964: Bacha e Greenhill (1992), apêndice estatístico, tabela 1.8

Nota: Tabela Extraída de GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 121).

Acontece porém que, a baixa brusca nos preços do café aliada a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. A queda do valor externo da moeda¹¹ traduzida na desvalorização real da taxa de câmbio, trouxe certo alívio aos produtores de café, haja vista que mesmo em razão da crise deflagrada, ainda haviam países que mantinham-se fiéis a compra do café brasileiro, cuja taxa de câmbio ainda tornava-se positiva para a exportação do excedente, proporcionando ganhos de escala a curto prazo.

Havia a necessidade premente de solucionar o enorme estoque de produção acumulada, uma vez que tal situação iria gerar a baixa cada vez maior do preço do café, o que levaria a uma ruína definitiva do setor.

O Governo Federal inevitavelmente foi levado a retomar a política de defesa do café, tendo que retirar o excesso do mercado por meio da compra do mesmo, entretanto como não havia possibilidade de obter empréstimos externos, o financiamento dessa compra teve que ser feito fundamentalmente através de crédito interno, mais precisamente por meio de emissão de moeda, cujo excedente comprado teve que ser de fato queimado para se evitar novas pressões dos estoques sobre o

¹¹ Depreciação da moeda nacional frente a moeda internacional no parâmetro de conversibilidade.

mercado. A política em questão, de controle do excedente do café produzido, é frisada por Furtado conforme a seguir:

A depreciação da moeda, ao atenuar o impacto da baixa do preço internacional sobre o empresário brasileiro, induzia esta a continuar colhendo o café e a manter a pressão sobre o mercado. Esta situação acarreta nova baixa de preço nova depreciação da moeda, contribuindo para agravar a crise. Como a depreciação da moeda era menor que a baixa de preços, pois também estava influenciada por outros fatores, era claro que se chegaria a um ponto em que o prejuízo acarretado aos produtores de café seria suficientemente grande para que estes abandonassem as plantações de café (FURTADO, 1968, p.188).

Assim, como o propósito era de evitar a baixa de preços do café, compreende-se que a saída mais sensata era a de retirar do mercado parte do estoque de café para destruí-lo, buscando, desta forma, o equilíbrio entre a oferta e demanda a níveis sustentáveis para conter a crise.

A seguir GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 120) muito bem observam os impactos da crise, que viria realmente transformar o rumo então tomado pelo Brasil até a década de 30:

Deve-se notar, no entanto, que a própria agricultura (da qual o café continuou a ser produto de grande importância) sofreu profundas transformações desde então. A Grande Depressão dos anos 30 alterou mesmo a forma de inserção da cafeicultura na economia brasileira. Relembrando as palavras de Celso Furtado, a agricultura de exportação deixou de ser o centro dinâmico da economia brasileira, que passou a se situar na produção para o mercado interno (em especial, na produção manufatureira).

Percebe-se assim que o quadro estruturado no presente capítulo torna-se importantíssimo para a interpretação do processo de industrialização no Brasil, cujas características aqui apontadas são demasiadamente importantes para proporcionar uma coesão ao trabalho de monografia em questão.

Portanto, o próximo capítulo abordará, como consequência da crise do café e da grande depressão de 1929/30, a Revolução de 1930, que projetou no poder Getúlio Vargas, o qual gradativamente passa a institucionalizar o país, através de forte centralização do poder, de modo a proporcionar uma estrutura favorável a consolidação industrial no Brasil.

3 A REVOLUÇÃO DE 1930

Pretende-se agora neste capítulo demonstrar o quão importante foi a Revolução de 1930 para o Brasil, quer seja no âmbito econômico, com a consolidação industrial, quer seja no âmbito político, com a implantação das novas diretrizes rumo ao desenvolvimento do país, principalmente vinculado as grandes transformações no seio governamental, marcado pela supressão das antigas autonomias estaduais, instaurando-se em seu lugar a centralização política, que passa a ser “força motriz” da governabilidade imposta por Vargas.

Inicialmente, na primeira seção, serão abordados os aspectos e fatos políticos que puderam de fato viabilizar o golpe de 1930, sendo que numa segunda etapa será demonstrada a prática político-organizacional do governo, para conciliar uma gestão equilibrada, tentando ao mesmo tempo amenizar a crise e já tomando as medidas cabíveis para a aceleração do processo industrial no Brasil.

Na última parte do presente capítulo apresentar-se-á importante característica intrínseca posterior à Revolução de 1930, que seria justamente a política populista, ou mesmo Estado Populista, presente durante a “Era Vargas”.

O Estado populista estava também alicerçado no forte apoio tenentista que já acompanhava Getúlio Vargas desde os momentos do movimento da Aliança Liberal, que projetara Getúlio Vargas no poder, por meio do golpe de 1930, inclusive na própria política populista encontra-se sempre presente a ideologia permanente que engendrara a Revolução.

3.1 CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES PARA O GOLPE

Dentro do contexto das crises expressas no capítulo anterior, que se refletiam negativamente no âmbito econômico do país, outro fator não menos importante a se destacar fora justamente o impasse político gerado até fins da década de 30, cuja situação prejudicava diretamente parcela significativa da população. Assinala-se desta forma a importância crescente da classe média urbana, dentro da qual se destacava a

burocracia civil e militar, diretamente afetadas pela forte depreciação cambial que se abatera fortemente sobre o país.

Cumpre salientar que na Primeira República, o controle político e econômico do país estava nas mãos de fazendeiros, mesmo que as atividades urbanas eram caracterizadas como o pólo mais dinâmico da sociedade. No período compreendido entre 1912 e 1929, a produção industrial cresceu substancialmente, no entanto a política econômica continuava privilegiando os lucros das atividades agrícolas, todavia, com a crise mundial que se abatera sobre o capitalismo no ano de 1929, a economia cafeeira não conseguiu manter-se.

O Presidente Washington Luís (1926-1930), com algumas medidas, tentou conter a crise no Brasil, mas em vão, sendo que em 1929, com bem expôs FAUSTO (1970, p. 65) “a produção brasileira chegava a 28,941 milhões de sacas de café, mas só foram exportadas 14,281 milhões de sacas, e isto num momento em que existiam imensos estoques acumulados”.

O maior partido de oposição ao partido republicano de Washington Luís era a Aliança Liberal, cujo partido era liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas. Mesmo sendo apoiado por muitos políticos que tinham sido influentes na Primeira República, como os ex-presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, seu programa apresentava certo avanço progressista: jornada de oito horas de trabalho, voto feminino, apoio as classes urbanas. A Aliança Liberal foi muito influenciada pelo tenentismo, que foi um movimento de jovens militares que defendiam a moralização administrativa e cujo tema era “representação e justiça”.

Conforme afirmam GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 99), “Apesar de alguma receptividade à Aliança Liberal no meio urbano e dos problemas financeiros enfrentados por Washington Luís após a quebra da bolsa de Nova Iorque, o peso do esquema eleitoral oficial foi suficiente para garantir a vitória de Júlio Prestes”.

Assim, nas eleições realizadas em março de 1930, a Aliança Liberal fora derrotada, mas usando como pretexto o assassinato, em julho de 1930, do aliancista João Pessoa por um simpatizante de Washington Luís, João Dantas, Getúlio Vargas e seus partidários organizaram um golpe, fortemente apoiado pelos militares, que em

outubro de 1930 tirou Washington Luís do poder. Getúlio Vargas, portanto, tomara posse do governo no dia 3 de novembro de 1930, data que ficou registrada como sendo o fim da Primeira República.

A Revolução de 1930 realmente se insere como importante fato político para o Brasil, sendo responsável por grandes mudanças que far-se-ão no Brasil, inclusive tal aspecto é muito bem explicitado a seguir por DRAIBE (1985, p.60):

A Revolução de 30 inaugurou a etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro. A quebra das “autonomias” estaduais que amparavam os “pólos oligárquicos” resultou numa crescente centralização do poder: concentraram-se progressivamente no Executivo Federal os comandos sobre as políticas econômicas e social, bem como a disposição sobre os meios repressivos e executivos. O Estado seguirá federativo na sua forma, mas os núcleos de poder local e regional serão subordinados cada vez mais ao centro onde se gestam as decisões cruciais. Esse movimento de centralização e concentração do poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado Brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês.

No início de seu governo, com a centralização do poder, Vargas iniciou a luta contra o regionalismo. A administração do país tinha de ser única e não, como ocorria na República Velha, que era dividida pelos proprietários rurais. Muitas medidas que tomou “no plano econômico-financeiro não resultaram de novas circunstâncias, mas das circunstâncias impostas pela crise mundial deflagrada”. (FAUSTO, 1995, p. 334)

O Brasil dependia demais do comércio do café para que o novo presidente o abandonasse, sendo assim para controlar a superprodução do café, Vargas mandou destruir todos os estoques de café. Mesmo com a crise mundial, conhecida como “crash de 1929”, houve uma intensa aceleração do desenvolvimento industrial, onde entre 1929 e 1939, a indústria cresceu cerca de 125%, enquanto na agricultura o crescimento não ultrapassou 20% (DRAIBE, 1985, p. 80)

Esse desenvolvimento deu-se por causa da diminuição das importações e da oferta de capitais, que trocavam a lavoura tradicional em crise, pela indústria. Mas, foi a participação do Estado, com tarifas protecionistas e investimentos, que mais influenciou nesse crescimento industrial.

Diferentemente do que ocorrera na República Velha, começaram a surgir planos para a criação de indústrias de base no Brasil. Esses planos realizar-se-iam com a inauguração da usina siderúrgica em Volta Redonda em 1946, entretanto no período governado por Vargas, mesmo com a implantação de algumas indústrias de base, é notório que a industrialização se desenvolveu com base na indústria restringida, composta por bens salários¹².

A partir de 1930, a sociedade brasileira viveu importantes mudanças, onde acelerou-se o processo de urbanização e a burguesia começa a participar cada vez mais na vida política. Com o progresso da industrialização, a classe operária cresceu vertiginosamente. Getúlio Vargas, com uma política de governo dirigida aos trabalhadores urbanos, tentou atrair o apoio dessa classe que era fundamental para a economia, pois tinha em mãos o novo motor do Brasil: a indústria.

Embora os aspectos institucionais sejam abordados mais adiante, cabe destacar logo de imediato, em função de seu papel significativo, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, realmente possibilitou a aliança do Estado com massa populacional, cujo órgão resultou no implemento de uma série de leis trabalhistas, sendo que parte delas visava ampliar direitos e garantias do trabalhador, como lei de férias, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

A relevância da criação deste ministério é muito bem caracterizada a seguir por GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 100):

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado em novembro de 1930 e se transformou no organismo de articulação entre o Estado e os trabalhadores urbanos, contando, em certa medida, com a mediação do sindicalismo oficial. O trabalhismo aparecia sob a forma de diversos benefícios concedidos aos trabalhadores, mas simultaneamente impunha restrições a sua mobilização por meio do controle dos sindicatos. Os ganhos políticos do trabalhismo foram capitalizados pela burocracia do Ministério do Trabalho e especialmente pelo próprio Getúlio Vargas (que procurou progressivamente nos “trabalhadores do Brasil” um importante interlocutor).

A criação do Ministério do trabalho implanta-se como um importante elo para a consolidação do processo de industrialização, haja vista que tal organismo exerceria

¹² Bens caracterizados como de consumo não duráveis, cujo termo fora criado para enfatizar a diferença dos bens de capital.

papel fundamental para a organização e regulamentação do trabalho, onde permitiria sobretudo o crescimento equilibrado com as garantias aos respectivos trabalhadores.

3.2 O PROCESSO POLÍTICO-ORGANIZACIONAL DA ERA VARGAS

Logo após o golpe, houve a suspensão temporária das atividades do legislativo, todavia com a Ação prática do Governo Provisório, iniciou-se, em São Paulo, um movimento pela reconstitucionalização do país que culminou de fato com a mobilização militar na chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1933, foram convocadas as eleições para a Assembléia Constituinte, que resultou na promulgação da Constituição de 1934. Um fator importante que merece atenção fora justamente certa desarticulação que houve do tenentismo como movimento político, sendo que alguns tenentes integraram-se às oligarquias regionais, onde outros à burocracia federal, sendo que os demais dispersaram-se por diferentes correntes, o que de certa forma causou dissolução em parte daquela unidade de pensamento e ação tenentista, a qual tivera papel de grande destaque tanto para a Revolução de 1930, como para os anos iniciais posterior ao golpe.

Embora com a nova ordem instaurada com a Revolução de 1930, novos acontecimentos passaram a tomar conta do cenário nacional na época, principalmente em razão de novos movimentos que se criavam, cabendo aqui destacar a Aliança Nacional Libertadora, cujo Presidente de honra era Luís Carlos Prestes, o qual tendo sido membro do antigo movimento tenentista, passara agora liderar o Partido Comunista Brasileiro, sendo visto, no entanto, como uma ameaça à instabilização do novo regime.

Percebe-se que o Brasil, no período inicial dos anos 30, enfrentou fortes movimentos revolucionários, principalmente em razão dos graves problemas herdados da primeira República. GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 100) já apontavam que “O curto período de três anos em que o país foi regido pela constituição de 1934, caracterizou-se por intensa mobilização popular. Além de ações

reivindicatórias de trabalhadores urbanos, verificou-se o crescimento de dois agrupamentos políticos com ampla penetração junto à população urbana”.

Os agrupamentos referidos no parágrafo anterior seriam representados pelo Integralismo, liderado por Plínio Salgado e a Aliança Nacional Libertadora, tendo como expoente Luís Carlos Prestes. Tais movimentos, de caráter anarquistas, foram duramente combatidos pelo governo provisório, através da grande ampliação dos poderes executivos, onde mais tarde, conforme exposto a seguir por GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 101), o governo Vargas assumiria total controle do país com a implantação do Estado Novo, em 1937:

Nesse clima, os políticos mobilizaram-se com vistas às eleições previstas pela constituição para o ano de 1938 e que iriam indicar o sucessor de Getúlio Vargas. Definidos os candidatos já em 1937 – José Américo pela situação, Armando Sales de Oliveira como principal opositor e Plínio Salgado pelo integralismo –, foram suavizadas as medidas de exceção a fim de facilitar o processo eleitoral. No entanto, dentro do governo, um círculo de políticos e militares leais a Getúlio Vargas não via com bons olhos as eleições e preparava um golpe para mantê-lo no governo. Foi revelada, então, a existência de um documento, aparentemente forjado, chamado de “Plano Cohen”, que preparava, sob inspiração comunista, a derrubada de governo. Sob a alegação de ameaça à ordem, o Congresso foi fechado pela polícia Militar do Rio de Janeiro em 10 de novembro de 1937 e, nessa noite, Getúlio Vargas anunciou a nova constituição (a de 1937), que foi o marco inicial do período conhecido como Estado Novo (que se estendeu até 1945).

Torna-se importante explicitar estes aspectos iniciais nos anos 30, de modo a demonstrar o gradativo papel do governo, para contenção da crise deflagrada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929/30, bem como pela ação forte e equilibrada para conter os movimentos revolucionários que surgiram no período em foco.

O Brasil precisava de fato de uma estruturação organizacional, cujo processo realmente só pôde se viabilizar com A Revolução de 1930, cujos aspectos iniciais da Era Vargas são bem abordados por DRAIBE (1985, p. 60):

Esta é ainda uma etapa de construção das base do Estado nacional, enquanto poder centralizado, unificado, que a si subordina soberanamente as focas centrífugas, através de codificações, leis, aparelhos administrativos e coercitivo-repressivos. É esse o sentido em que avançará o longo processo de formação do Estado no Brasil, no período inaugurado em 30. Apoiando-se em novos códigos e legislação, e estruturando seus aparelhos centrais, os conteúdos da soberania serão redefinidos e atualizados, assim como se processará a extensão e ampliação da autoridade pública sobre os recursos estratégicos, sobre as instituições de conformação ideológica da nacionalidade, no controle da informação, no reforço das bases fiscais e centralização dos recursos, na estruturação mais densa do poder judiciário e das organizações policial-militares.

Realmente uma ação forte do Estado era precisa, para estabelecer um parâmetro referencial de governo, de modo instaurar a paz, o controle e ordem, principalmente em prol do crescimento do país com vistas a consolidação industrial, cujo setor passa a responder como elemento ativo na economia, em substituição a agricultura monoexportadora do café.

De certa forma há uma concordância entre historiadores e economistas quanto a importância dos anos 30 para o Brasil, principalmente em função do advento da Revolução de 1930, haja vista que tal período fica marcado na história econômica do Brasil como um divisor de fato, inclusive a representação de tal período é bem expresso por FONSECA (1954, p. 147):

Existe plena concordância entre os autores sobre a importância dos anos 30 e, por extensão, da “Revolução de 30”, para a história brasileira. Os analistas que privilegiam a “esfera” política em geral procuram evidenciar as mudanças institucionais e de correlação de forças advindas com a “Revolução” contrapondo-as às da República Velha.

O capitalismo que o Brasil hoje goza, é fruto das relações institucionais e políticas perpetradas durante a era Vargas, sendo que FONSECA, (1954, p. 149) realmente que “Difícil seria para todos os que aceitam a existência do capitalismo no Brasil de nossos dias discordar de que aspectos essenciais de sua contribuição configuram-se na chamada Era Vargas”.

Embora no período imediatamente anterior a crise de 1929/30, bem como também anterior a Revolução de 1930, houvesse um movimento manufatureiro-industrial, principalmente como resultado dos capitais oriundos do café, ele ainda era tímido e sem base de sustentação político-econômico e institucional, cujo quadro se

reverteria fortemente após o golpe de 30, com a estruturação fundamental do Estado, conforme muito bem salienta DRAIBE (1985, p. 99-100):

As correlações de forças que se estruturaram ao longo do período 30-45 constituíram, sem dúvida, a base social e política sobre a qual estabeleceram, simultaneamente, as possibilidades da ação intervencionista e seus limites, que se expressavam na própria materialidade do aparelho econômico e de seu âmbito de atuação. Entretanto, sobre essa base estrutural, se definiu e tomou forma uma direção econômica estatal que sintetizou os diferentes interesses sociais sobre os quais se erigia com autonomia, mas não se reduzia a eles, como se fosse um somatório de elementos, pressões e conflitos que o Estado haveria de contemplar. É necessário enfatizar, então, que a direção impressa pelo Estado à sua ação econômica contemplou, desde os anos 30, um projeto de desenvolvimento do capitalismo, de sua forma e ritmo, no sentido do avanço da industrialização e num quadro geral de definição da autonomia nacional. O formato e a dinâmica do aparelho econômico do Estado expressarão aquele projeto assim como revelarão os limites impostos à autonomia do Estado por “substância social”.

A reversão do quadro que o Brasil herdara da República Velha era inevitável, cujo aspecto era preponderante para a estrutura organizacional do Estado, de modo que pudesse tomar corpo rumo ao desenvolvimento, inclusive DRAIBE (1985, p. 61) também já fazia alusão a tal aspecto:

De um lado, reordenamento institucional, que poderíamos sintetizar sob o título geral de centralização, fez avançar a construção do arcabouço jurídico-político estatal, com o sentido fundamental de estabelecer novos suportes organizacionais e normativos para a expressão do poder do Estado como poder unificado, genérico e abstrato.

A ação do Estado, desta forma, ganha papel de destaque e passa a ser força motriz de condução da nova etapa de um Brasil rumo ao desenvolvimento capitalista, onde a mesma estaria aliada à nova burguesia industrial emergente. Neste sentido torna-se relevante destacar importante apontamento de FONSECA (1954, p. 184):

Deste modo, entender o Estado pós-1930 significa não apenas identificar seu conteúdo de classe, mas as novas formas que ele foi tomando, reatualizando velhas questões e procurando solucioná-las sob determinada correlação de forças políticas existentes. Neste sentido, tem-se como ponto inicial analítico que a partir de 1930 começou no Brasil novo tipo de desenvolvimento capitalista. Em linhas gerais, este consistiu em superar o capitalismo agrário e comercial assentado nas atividades exportadoras de produtos primários, rumando para outro cuja dinâmica iria gradualmente depender da indústria e do mercado interno. Isto significa considerar, entre outras coisas, que o lócus da atividade produtiva foi passando a ser, por excelência, a fábrica, intensificando o processo de crescimento industrial que teve lugar ainda na época do desenvolvimento “para fora”.

Neste sentido, a industrialização gradativamente contribuiria para a consolidação do Brasil como uma nação capitalista emergente, estando neste aspecto já alinhado com as tendências mundiais que na época se faziam presentes.

3.3 O ESTADO POPULISTA E A IDEOLOGIA DA ERA VARGAS

No estudo do processo de industrialização no Brasil, durante o período denominado de “A Era Vargas” não se poderia deixar de mencionar o caráter profundamente caracterizado pelo populismo, cuja característica proporcionou grande apoio ao governo, dando alicerce ao mesmo e garantindo coesão política em razão da própria fidelização das massas populares ao novo regime. É evidente que há um certo aspecto de manipulação neste sentido, todavia tornou-se necessário para viabilizar a captação do apoio dessa classe popular para justamente alicerçar a condução política.

GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 158) caracterizam o aspecto populista no período inicial nos anos 30:

Para alguns cientistas sociais, as crescentes massas populares urbanas, constituídas por operários da indústria e por outros trabalhadores urbanos, não eram capazes de reconhecer seus interesses comuns para propor uma forma própria e autônoma de representação política. Por isso, eram facilmente atraídas por um líder político, ao identificar suas angústias e aspirações, conseguiria captar seu apoio, sua lealdade e, em consequência, seu voto.

A industrialização que passava a consolidar-se na década de 30, ainda continha forte oposição dos grupos agrários que até então dominaram a economia durante a República Velha, entretanto, tal oposição cada vez mais perdia força em razão de que grande parcela da população estava alinhada ao novo regime, sem contar também o forte amparo da burguesia industrial ao governo emergente, a qual mesmo não tendo dado apoio maciço durante a revolução, era um elemento que deveria ser considerado.

Neste aspecto, para conciliar a política industrializante, era necessário de fato implementar certas medidas para àquela classe que seria a força-motriz da industrialização, ou seja, elemento atualmente dentro das indústrias. As concessões, como o próprio salário mínimo, embora não compensaram ainda as restrições à mobilização autônoma dos trabalhadores, por outro lado são vistas como instrumento inicial de reversão do quadro que até então vigoravam na República Velha, onde GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 161) afirmavam:

É inegável que, comparando às condições vigentes antes de 1930, houve substancial avanço em termos de “direitos sociais”. Mesmo que não possamos resolver essa questão, é certo que, no conjunto, a política do Estado Populista – predominantemente industrializante – acabou por beneficiar as massas populares urbanas (operários da indústria, mas também os trabalhadores dos serviços, empregados do comércio e dos bancos, funcionários públicos etc.), ampliando sua possibilidade de emprego, seu acesso a bens de consumo e possivelmente seu nível de renda.

Torna-se importante deixar expresso que a própria industrialização na era do Estado Populista, engendrada por Getúlio Vargas, vinha acompanhada de forte centralização do poder, sendo esta um fator significativo de política de governo, principalmente em prol do reforço das estruturas do Estado Nacional. Neste contexto GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 161) afirmavam que:

Já no momento imediato à Revolução de 1930, este caráter da política ficou evidente. Principalmente sob o impulso do tenentismo, procurou-se não só a centralização política e administrativa (com o objetivo de contrapor-se ao poder das oligarquias regionais), mas também buscou-se fortalecer o estado nacional: são importantes tanto a construção do aparato burocrático (ministérios, autarquias, empresas estatais, conselhos, comissões, normas burocrática etc), quanto a consolidação do poder estatal em áreas estratégicas, muitas vezes em oposição ao interesse estrangeiro.

Considerando tais aspectos, fundamentados na centralização do poder, GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 161) afirmam que “a política populista se define, portanto, como uma política de reforço das estruturas do Estado nacional. Todavia, esse reforço se concretiza num contexto histórico preciso, e assume, por consequência, uma significação particular e uma forma concreta. Essa especificidade é evidenciada na análise da política do Estado populista, da qual sobressaem, em linhas gerais, duas dimensões”.

Tais dimensões são caracterizadas por GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p.161), onde de um lado:

O Estado populista se mostra um Estado criador; mediante uma política cada vez mais intervencionista e industrializante. O Estado populista passa à frente das relações de classe e cria uma burguesia industrial capaz, a seguir, de exercer uma pressão contínua sobre seus aparelhos e agências. Tal afirmação, mais que uma hipótese, constitui uma realidade empiricamente comprovada: vários grupos industriais, dentre os mais poderosos da década de 50, foram literalmente criados pelo Estado durante o primeiro período Vargas.

A outra dimensão do Estado populista apontadas por GREMAUD, SAES e TONETO JÚNIOR (1997, p. 161) decorrem do fato de que “Estado populista caracteriza-se como um Estado mediador, cuja conquista e a manutenção de uma base social urbana de apoio, bem como a execução de uma política industrializante, levam o Estado a regulamentar ‘precocemente’ as relações de classe em gestação, com vistas a trazer um mínimo de estabilidade ao ‘compromisso’ e a consolidar nos planos econômicos e políticos a burguesia industrial nascente.

O Estado populista, portanto, intervém nas relações de classe, integra politicamente a classe operária e, ao mesmo tempo, priva-se de uma expressão política autônoma.

Este aspecto centralizador e populista legitimava a “A Era Vargas” e sobretudo a “Revolução de 1930”, a qual gradativamente passava a ter identidade própria, sendo de certa forma impessoal e estando acima de todos.

A seguir, FONSECA (1954, p. 161) dá uma interessante interpretação deste caráter, com como complementando a afirmação do próprio Getúlio Vargas, em 20 de setembro de 1931, que diria: “O cargo que ocupamos é mandato da Revolução”:

Dava a entender, com isso, que seus atos de governo, então “atos revolucionários”, não poderiam ser julgados nem encontrar forças superiores a eles dentro do âmbito da nação: a coerência que se lhe exigia era com o ideais revolucionários, ou melhor, com o espírito revolucionário, o qual era freqüentemente mencionado nos discursos para justificar as decisões mais polêmicas e que enfrentavam maior resistências para a aceitação no meio político.

Destarte, se tornava nítido que essa ideologia proferida por Vargas, se faria presente em todo o seu governo, proporcionando uma marca característica de seu arrojo político. FONSECA (1954, p. 161), destaca parte do discurso de Vargas, em Janeiro de 1931, onde resume-se com grande coerência a filosofia de seu governo:

A “Revolução” passaria a ser condição para que o país fosse ao encontro de seu “destino histórico”. Após ela, o Brasil seria comparado a um gigante que “despertou da longa modorra, distendeu os membros entorpecidos, experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso”. Passava, com isto, a haver dois Brasis: o de antes e o de após 1930.

Assim, através deste discurso de Vargas, pautado na análise de FONSECA, pode-se ter em mente a Revolução de 1930 teve grande representatividade na história econômica do Brasil, não podendo de forma alguma deixar de ser mencionado quando está se discutindo industrialização do Brasil.

Dando continuidade ao presente trabalho, depois de ter sido abordado os fatores do Brasil pré-30 e as conseqüências da crise mundial, no capítulo 2, bem como ter sido exposto as características fundamentais do governo Vargas, por advento da Revolução de 1930, no capítulo 3, no próximo capítulo serão apresentados os pressupostos principais que poderão eventualmente confirmar a caracterização da Revolução de 1930 como um divisor, conforme propõe o tema da presente monografia.

4 FATORES DE SUSTENTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO INDUSTRIAL PÓS REVOLUÇÃO DE 1930

Neste capítulo a pretensão básica é a de expor alguns dos principais fatores que de fato nortearam o processo de estruturação do país com vistas à implantação de uma nação capitalista e industrializada, sendo que em primeiro lugar é importante mencionar que foi durante o governo de Getúlio Vargas que se iniciou o movimento simultâneo de construção do aparelho econômico estatal centralizado e os diferentes planos econômicos, entre a Revolução de 1930 e o final dos anos 50.

Num segundo momento, procurar-se-á mostrar que a partir de 1933 até aproximadamente 1954, a industrialização encontra-se restringida, todavia, mesmo com tal caráter restritivo, é nesse período que a industrialização começa a se assentar em básicas sólidas com vistas a um desenvolvimento mais acentuado.

Numa terceira etapa, abordar-se-á o processo de substituição das importações como elemento importante de consolidação industrial, voltada ao crescimento econômico interno e de aparelhamento industrial.

Finalmente, serão apresentados os elementos que permitiram, ou que de fato contribuíram ao processo de industrialização Brasileira.

4.1 INSTITUIÇÕES E MECANISMOS DO DESENVOLVIMENTO

Foi durante o período liderado por Getúlio Vargas – inicialmente com o governo provisório, de 1930 à 1933, logo em seguida com o Estado Novo, compreendido entre 1934 à 1937, posteriormente com o período de Ditadura, que se estende de 1937 à 1945 e depois com o governo constitucional de 1950 à 1954 – que se estabelece um conjunto de instituições e mecanismos que vão auxiliar na coordenação, controle e aplicação de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico do país.

A Revolução de 30, se constitui sobretudo, num esforço para realmente criar mecanismos políticos e administrativos mais eficientes que àqueles aplicados durante a República Velha, os quais notadamente proporcionaram de início a quebra das

“autonomias” estaduais que amparavam os “pólos oligárquicos” resultando na época numa crescente centralização do poder, onde concentraram-se progressivamente no Executivo federal os comandos sobre as políticas econômica e social, bem como a disposição sobre os meios repressivos e executivos.

A Revolução de 30 inaugurou assim um importante aspecto, que define o movimento de estruturação organizacional do Estado de 1930 à 1945, sendo a conformação de um aparelho econômico centralizado que estabelece suporte efetivo a políticas econômicas de caráter nacional, e a natureza capitalista que a estrutura material do Estado vai adquirindo (DRAIBE, 1985, p. 82-83).

Getúlio Vargas transferiu-se para o Rio de Janeiro e a 3 de novembro de 1930 e foi empossado como Presidente, sendo que a seguir é formado o Governo Provisório, tendo sido suspensa a Constituição de 1891. Começa nesta ocasião um governo que se estende inicialmente por quinze anos, até outubro de 1945 e, posteriormente por mais 04 anos, de 1950 a 1954, ora sob a forma de ditadura, compreendida pelo período de 1937 a 1945, ora sob a forma de presidência constitucional, caracterizada pelo último período de governo de Vargas de 1950 a 1954, lembrando que o período compreendido entre 1930 e 1937 caracterizou-se como governo provisório.

A atuação do governo em relação ao desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 1930–1945 tem um caráter nitidamente ativo, cujo governo não só adotou medidas pró-industrializante, como incentivou conscientemente a indústria.

QUADRO 4 ÓRGÃOS E CONSELHOS CRIADOS DE 1930 A 1937 DIRETAMENTE RELACIONADOS AO SETOR INDUSTRIAL .

Ano	Órgãos e Conselhos
1930	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
1931	Departamento Nacional do Trabalho
1934	Conselho Federal do Comércio Exterior
1934	Plano Geral de Viação Nacional
1934	Comissão de Similares
1937	Conselho Técnico de Economia e Finanças
1937	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

Fonte: Recenseamento do Brasil – 1920.

Nota: Quadro extraído de FAUSTO (1970, p. 55).

O quadro descrito na página anterior, demonstra alguns dos principais organismos criados, durante o governo provisório, para justamente servir de alicerce para o desenvolvimento industrial do Brasil, bem como para dar sustentação política e social.

DRAIBE (1985, p. 99-100), durante o Estado Novo afirma que “as correlações de forças que se estruturaram ao longo do período 30-45 constituíram, sem dúvida, a base social e política sobre a qual estabeleceram, simultaneamente, as possibilidades da ação intervencionista e seus limites, que se expressavam na própria materialidade do aparelho econômico e de seu âmbito de atuação. Entretanto, sobre essa base estrutural, se definiu e tomou forma uma direção econômica estatal que sintetizou os diferentes interesses sociais sobre os quais se erigia com autonomia, mas não se reduzia a eles, como se fosse um somatório de elementos, pressões e conflitos que o Estado haveria de contemplar.

É necessário, portanto, enfatizar que a direção impressa pelo Estado à sua ação econômica contemplou, desde os anos 30, um projeto de desenvolvimento do capitalismo, de sua forma e ritmo, no sentido do avanço da industrialização e num quadro geral de definição da autonomia nacional. O formato e a dinâmica do aparelho econômico do Estado expressarão aquele projeto assim como revelarão os limites impostos à autonomia do Estado por “substância social”. (DRAIBE, 1985, p. 99-100)

Realmente percebe-se a “substância social” que o Estado vai incorporando e, materializando-a sobretudo em prol da sociedade como um todo, a qual gradativamente vai se identificando com o Governo e apoiando-o com grande força.

Tão importante quanto a criação do Ministério do Trabalho logo em 1930, fora a atenção do Estado voltada ao aspecto educacional, sendo que entre 1930 e 1945, desencadeou-se um intenso movimento de armação, no Executivo Federal, de um aparelho nacional de ensino e de elaboração de códigos e “leis orgânicas”, conforme afirma DRAIBE (1985, p. 69), visando estabelecer diretrizes e estrutura organizativa para os diversos ramos e níveis da educação no país.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, também no ano de 1930, teve papel relevante no seio da sociedade, cujo objetivo principal era a de prover o conhecimento à população, vinculada fundamentalmente ao ensino primário, secundário, superior e técnico-profissional, onde a sociedade passaria a deter de fato conhecimentos específicos para compor o novo processo de divisão do trabalho, principalmente em razão da nota etapa de industrialização que se iniciara.

Torna-se demasiadamente relevante afirmar que, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, e a organização de seus departamentos técnicos, como o Departamento Nacional do Trabalho, em 1932, além da instituição do conselho de Imigração e Colonização, em 1938, conforme expõe DRAIBE (1985, p. 92), estabeleceram-se as base institucionais para a regulação das relações de trabalho.

Um fator que merece atenção especial prende-se justamente ao significado mais geral da constituição de mecanismos de defesa do trabalhador, o qual estaria vinculado à “estatização” da luta econômica de classes, que demonstra a cautelosa ação regulatória do Estado, inclusive DRAIBE (1985, p. 93) demonstra que:

O caráter tutelar da ação do Estado sobre o mercado de trabalho e as próprias relações trabalhistas manifestam-se claramente nos instrumentos legais da década de 30, e completam-se antes de 1945, com a Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que esse conjunto de regulamentações abrange os aspectos trabalhistas, a legislação previdenciária, a legislação sindical e a organização de Justiça do Trabalho, culminando com a formatação de um sistema de “organização” das relações de trabalho eminentemente corporativa, sob a égide do Estado.

Percebe-se desta forma, que o Estado está sempre por detrás das ações sociais, visando sobretudo colher o apoio da parcela mais significativa da sociedade, ou seja, o próprio “povo”.

4.2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

Levando em consideração os aspectos mencionados no tópico anterior, seria importante mencionar a grande relevância da ideologia do desenvolvimentismo¹³ em prol de uma defesa mais intensa da industrialização no Brasil, cujo conceito teve como precursor o próprio CELSO FURTADO, inclusive algumas das principais teorizações do mesmo encontram-se contidas no presente trabalho de monografia, justamente por ser considerado como um expoente do pensamento da formação econômica do Brasil.

BIELSCHOWSKY (1949, p.248) “caracteriza como origem do projeto desenvolvimentista, isto é, os quinze anos que se seguiram ao colapso simultâneo da economia cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais. Ao que tudo indica, o período 1930-45 – sobretudo os anos do Estado Novo – marcou um salto qualitativo na industrialização preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para definição de uma estratégia industrializante”.

É bem verdade que o projeto desenvolvimentista, segundo BIELSCHOWSKY (1949, p.248) “iniciou-se através de manifestações industriais anteriores a 1930, entretanto, a acentuação deste conceito ganhou força após a Revolução de 1930, cujas manifestações são caracterizadas por três elementos básicos abaixo descritos”:

- a) O ataque ao livre-cambismo associado à defesa do protecionismo, muitas vezes feito em tom nacionalista e antiimperialista;
- b) O ataque ao liberalismo, associado à solicitação de intervenção do governo em apoio geral à indústria, incluía aí, além de proteção alfandegária, medidas como apoio creditício e isenções fiscais e tarifárias;
- c) Associação entre indústria e “prosperidade” ou “progresso” do país.

A década de 30, com os choques adversos, bem como mais adiante com a II guerra mundial, caracterizaram-se como o ponto de partida para mudanças substanciais no quadro de desenvolvimento do Brasil, não somente no que diz respeito

¹³ Projeto de industrialização planejada e apoiada pelo Estado.

à difusão da ideologia desenvolvimentista, mas também no que se refere a sua própria essência.

A origem da ideologia desenvolvimentista de fato está assentada no período de 1930-45, onde concomitantemente ao novo Estado emergente viabilizado pela Revolução de 1930, pôde-se paulatinamente concretizar os anseios da classe industrial brasileira. BIELSCHOWSKY (1949, p.250) “procura demonstrar que o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50”.

Embora tal hegemonia se materialize na metade dos anos cinquenta, torna-se fundamental apontar que o início do processo desenvolvimentista, no período compreendido entre 1930-1945, é demasiadamente importante, pois possibilitou a construção do alicerce em prol de uma industrialização pesada mais acelerada décadas mais tarde.

No período 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que estão se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador de Getúlio Vargas, pós-1930. Percebe-se assim que os aspectos de alcance nacional que esses técnicos iriam forçosamente enfrentar os conduziam a refletir na problemática de longo prazo da economia, haja vista que não se poderia mensurar um processo de industrialização consistente se realmente não fosse feito paulatinamente e com coesão.

BIELSCHOWSKY (1949, p.250) aponta que “é provável, aliás, que, do ponto de vista de criação e difusão da ideologia industrializante, esse fenômeno tenha sido muito mais importante que o alargamento da conscientização no interior da própria classe industrial”.

Continuando sua análise ponderada e bem delineada BIELSCHOWSKY (1949, p.250) afirma que “o período em foco é de origem do desenvolvimento porque é o momento da história brasileira em que surgem, mais ou menos simultaneamente,

quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista, que se sobrepõem e ultrapassam os limites do ideário industrializante anterior”:

- a) Gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais;
- b) Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida;
- c) Paralelamente à formação da idéia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional, que acompanhou o processo de centralização de poder pós-1930, a idéia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país;
- d) O nacionalismo econômico, até então pouco expressivo no país, ganha nova dimensão. Em primeiro lugar, acirra-se o sentimento antiimperialista clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais. As razões que contribuem para isto são conhecidas: a crise e depressão internacional e seus efeitos sobre a economia do país, a ideologia do integralismo e a do socialismo da Aliança Libertadora Nacional, a ideologia de fortalecimento do poder central, em que o Estado figura como guardião e promotor dos “interesses nacionais” etc. Em segundo lugar, e pelas mesmas razões começa a ganhar expressão um novo nacionalismo econômico: o da visão de que a industrialização só é viável através de um apoio estatal que vá além do planejamento e do controle sobre recursos naturais, passando a incluir também investimentos diretos em transportes, mineração, energia e indústria de base.

Desta feita, percebe-se que o nacional desenvolvimentismo, iniciado concomitantemente com o governo de Vargas, permeou o processo de industrialização do Brasil, fundamentalmente amparado no apoio do Estado em prol das classes industriais e, sem sombra de dúvidas pelo aparelhamento do país no que concerne a infra-estrutura necessária para difusão do desenvolvimento industrial.

4.3 A INDÚSTRIA RESTRINGIDA E SEU PAPEL NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Embora a Indústria que se instala no Brasil seja a de Bens Salários¹⁴, de caráter restringido¹⁵, a mesma fora considerada como o âmago da Industrialização no Brasil, pois caracterizou-se como o marco inicial para o grande desenvolvimento propriamente dito, que se desencadearia a partir deste processo.

Durante a dinâmica da industrialização, houve a necessidade da delimitação de duas fases propostas por DRAIBE (1985, p. 13), sendo uma compreendida entre 1933 e 1955, caracterizada pelo governo Getulista, excetuando o período de 1945 à 1950, e a outra compreendida entre 1956 e 1961, liderada por Juscelino Kubstichek.

CARDOSO DE MELLO (1982, p. 110) de modo lúcido e coerente explicita a seguir o primeiro período a que se refere DRAIBE:

Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais, mas, a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de desenvolvimento industrial.

A segunda fase delineada por DRAIBE (1985, p. 13), há a concepção de que o surgimento de um bloco de investimentos altamente complementares e concentrados no tempo promove uma alteração radical na estrutura do sistema produtivo, ao mesmo tempo que a capacidade produtiva se amplia muito além dos horizontes determinados pela demanda preexistente.

Torna-se óbvio que a etapa de interesse do presente trabalho, é justamente aquela compreendida entre 1933 e 1955, onde houvera a participação direta de Getúlio Vargas, o qual realmente concebe um novo horizonte industrial ao Brasil, e que mais

¹⁴ Bens de consumo não duráveis, ou seja, para consumo imediato.

¹⁵ Indústria restringida refere-se àquela que produz bens salários, não sendo uma indústria de bens de produção.

tarde seria consolidado por Juscelino Kubstichek, dentro da segunda etapa acima descrita por DRAIBE.

Analizando a historiografia brasileira, afirma DRAIBE (1985, p. 100) que “Restam, hoje, poucas dúvidas sobre o fato de que, entre 1930 e 1945, no mesmo período em que se desencadeava a primeira fase da industrialização brasileira – a industrialização restringida –, amadurecia também um projeto de industrialização pesada.”

Vale ressaltar que na etapa em questão, da industrialização restringida, o crescimento econômico requereu não somente uma forte coordenação estatal, mas também uma ação do Estado inclusive como empresário, capaz de estender e levar até os seus limites os estreitos horizontes do setor privado.

Realmente naquele momento, a ação estatal foi decisiva tanto no movimento econômico real quanto na tentativa de definir o processo e tomar a iniciativa da instalação de indústrias de base no país. Quando CARDOSO DE CARDOSO DE MELLO (1982, p. 110) afirma “Que o Brasil não possuía bases técnicas para, num só golpe, implantar indústrias de base” estava ele referindo-se a questão de infra-estrutura que o Brasil de fato não dispunha, mas que Vargas paulatinamente vai engendrando, paralelamente a consumação da indústria de bens de consumo.

No período da industrialização restringida, Vargas realmente toma fortes medidas visando a estruturação do país em prol da industrialização, não somente da “industrialização restringida”, mas com o objetivo fundamental de adiante implantar indústrias de base.

Neste aspecto vale transcrever importante apontamento feito por DRAIBE (1985, p. 101):

Assim, questões como infra-estrutura de energia e transporte, instalação de setores novos – como os da produção de equipamentos para as fábricas de cimento, de vidro plano, de alumínio, da indústria química, de material elétrico pesado, etc. – foram adquirindo foros de problemas nacionais a serem enfrentados pelos novos dirigentes.

Há de se ressaltar a criação durante o governo de Vargas do Plano Geral de Viação, instituído em 1934, com o propósito de facilitar a ligação dentre as diversas

regiões do país. No mesmo ano iniciara os primeiros estudos visando um plano de eletrificação, os quais tiveram início concomitantemente com a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Embora houvesse de fato a predominância da indústria restringida durante praticamente toda a “Era Vargas”, ela é marcada por grandes avanços no que tange a criação de diversos mecanismos, como já apontados no tópico anterior, os quais visavam dar cada vez mais sustentação ao processo de amadurecimento industrial.

DRAIBE (1985, p. 104) já afirmava que “A forma de estruturação do aparelho econômico e de planificação do desenvolvimento industrial baseada em órgãos setoriais e planos parciais foi, ao mesmo tempo, levada até seu extremo, durante o Estado Novo, e parcialmente superada, através da planificação dos gastos estatais e de tentativas de constituição de um órgão coordenador central”.

Seguindo esta lógica, cumpre destacar importante órgão diretamente ligado ao Estado, no sentido de concretizar a ação industrializante, sendo ele o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). A seguir, com bastante coerência, DRAIBE (1985, p. 104) faz pequeno relato da ação efetiva de tal órgão na administração estatal da época:

Para fazer frente às atividades econômicas do Estado, de modo coerente e flexível, e ordenar as prioridades do gasto público, o DASP elaborou, em 1939, o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. Ao preparar o orçamento daquele ano, propôs uma nova fórmula – a distinção entre o orçamento ordinário, para os gastos de custeio, e o orçamento especial, para os investimentos públicos. A vinculação entre a elaboração orçamentária e o planejamento econômico começou assim a ser concebida e justificada através da tese de que “o orçamento é o plano traduzido em dinheiro”.

Desta feita, durante o período da industrialização restringida, de fato houve o esforço do Estado, na composição de sua ossatura material, para justamente fazer jus ao crescimento econômico, sempre em prol de um passo adiante no que concerne ao processo de industrialização como um todo.

4.4 O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

FURTADO (1977, p. 195-197), tal como outros autores, procuraram evidenciar as mudanças advindas na economia a partir de 1930, destacando as políticas monetárias, fiscal e cambial como importantes para a consecução de tais mudanças. TAVARES (1972, p. 41-59-61) diferentemente de Furtado e demais autores, procurou abordar o problema sobre um outra ótica, conforme descreve-se a seguir:

Atribui-se o desenvolvimento via substituições de importações a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento externo, assinalando que através destes a economia foi-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência, considerando que o o modelo tradicional exportador entrou em crise definitiva depois da grande depressão da década de trinta.

Com base nesta sùmula, Tavares procurou demonstrar que condições estruturais prévias possuía o Brasil, frente a outros países da América Latina, para responder “positivamente” à crise. Junto a estas, não obstante, destacou a política econômica governamental, cujas linhas-mestras se orientaram “quase exclusivamente no sentido da resultante histórica do processo, tanto do ponto de vista da sua natureza intrinsecamente industrial quanto do ponto de vista da sua concentração espacial”.

Analisando a célebre obra de TAVARES “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira” entende-se que a crise prolongada dos anos 30 constituiu, para a América Latina, o “ponto crítico” da ruptura do modelo primário-exportador”, com a passagem para um modelo de desenvolvimento voltado para dentro. A profundidade da crise levou a maior parte dos governos, não diferentemente o Brasil, a tomar medidas de controle do comércio externo, das taxas de câmbio e de compra dos excedentes exportáveis, isto num primeiro momento para contenção da crise, de modo a evitar o declínio acentuado da renda interna.

Percebe-se que a manutenção do nível de demanda interna com redução brutal da capacidade de importar impedia o ajuste via comércio exterior, cujo efeito cambial decorrente, levou de fato ao aumento dos preços relativos das importações e, portanto, ao estímulo à produção interna que substituisse aquelas importações. Neste aspecto,

ocorre o “deslocamento do centro dinâmico”, conforme já vislumbrado pelo próprio FURTADO (1977, p. 197), valendo discorrer trecho de sua obra acerca deste ponto:

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação do capital.

Não se pode esquecer que ambos os fenômenos, tanto do deslocamento do centro dinâmico, quando do processo de substituição de importações, estão ocorrendo paralelamente ao início de um novo Governo, o da “Era Vargas” cujos mecanismos de cada fenômeno somente poder-se-iam viabilizar-se através de um governo forte, centralizado e com grande amparo de estatal.

Voltando a caracterização do processo de substituição de importações, TAVARES (1972, p. 35) brilhantemente resume seus apontamentos iniciais sobre tal aspecto:

Em suma, o ‘processo de substituição das importações’, pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.

É realmente inegável o papel que assume o estrangulamento externo na definição do processo de substituição de importações, todavia não se pode considerá-lo em separado, quando se está de fato avaliando as características da industrialização no Brasil, cujo fator realmente tem grande significância, mas precisa ser averiguado em conjunto com as demais transformações que o país atravessara no período da década de 1930.

4.5 AS ALIANÇAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A consumação dos objetivos vislumbrados por Vargas, só foi possível graças às alianças e políticas arrojadas perpetradas com os diferentes extratos da sociedade, seja com a classe política diretamente, seja com a população, exército etc, bem como pelo amadurecimento de uma consciência nacional que produziram de fato as condições ideológicas e políticas favoráveis ao desenvolvimento de uma indústria brasileira.

O ano de 1930 realmente marca o início de um processo de formação do Estado, enquanto Estado nacional e moderno, no sentido de um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano. Um Estado específico, distinto do Estado da “tradição ocidental clássica”¹⁶, sendo ele produto de uma prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular. Surge daí o “Estado de Compromisso”¹⁷ que expressa a ausência de uma hegemonia de qualquer um dos grupos dominantes e exerce papel de árbitro entre estes interesses, respondendo por uma solução de compromisso e equilíbrio.

A fonte de sua legitimidade são as massas populares urbanas e ela se estabelece por mecanismos especificamente políticos de manipulação e auto-esforço que configuram, ao final, uma democracia de massas cujo traço distintivo, em última instância, é o Estado mostrar-se de forma direta, sem mediações, a todos os cidadãos e de, numa dinâmica própria, absorver e concentrar em si as possibilidades de mudanças estruturais.

¹⁶ Estado caracterizado pelo corporativismo simples, sendo mero regulador.

¹⁷ Natureza social do Estado que emergiu com a crise e a Revolução de 1930, baseada nos fundamentos de classe do poder e as condições políticas da particular autonomia de que parecia dotado.

DRAIBE (1985, p. 22) de modo lúcido e coerente analisa os fundamentos do Estado de compromisso conforme relato a seguir:

A análise do “Estado de Compromisso” indicou os elementos fundamentais para um avanço na compreensão da etapa de desenvolvimento do país a partir de 1930: *i)* a particularização da questão do Estado; *ii)* a sua peculiar autonomia frente aos interesses dominantes, incapazes de assumir a direção política do processo de transformações sociais, dadas as condições econômicas e a crise do Estado oligárquico; *iii)* o momento específico do processo de formação do próprio Estado, como instituição e fonte do poder político, nas suas formas peculiares, legitimadas como políticas de massas e justificadas como políticas de “interesse nacional”. Proposta de interpretação que se afasta não apenas dos antigos procedimentos de transposição de “modelos” de revolução burguesa e desenvolvimento capitalista concebidos, a priori, mas também de análises mais recentes, que identificam uma forte coalizão conservadora de interesses na base social do Estado, reproduzindo outros modelos, o da transição do tipo “modernização conservadora”, ou da “via prussiana” de desenvolvimento capitalista.

O Estado de compromisso indicou, na crise de hegemonia, os fundamentos da autonomia do Estado, mas não deixou de insistir também na sua substância social, nos conteúdos sócio-políticos que haveriam de dinamizá-lo: os setores dominantes, mas também as massas urbanas que, ao serem erigidas em fonte de legitimidade, introduziram sua marca particular ao processo de transformação e às políticas de industrialização. A política do Estado não feriu nem se afastou totalmente dos múltiplos interesses oligárquicos e agro-exportadores; contemplou interesses e, excluindo o campesinato, incorporou progressivamente os setores populares urbanos.

Percebe-se desta forma que essa política sustentou no plano econômico a defesa do nível de emprego e, por conseguinte, do mercado interno e da indústria nacional, por meio de fortes investimentos estatais na infra-estrutura assim como pela ampliação dos controles governamentais.

4.6 ANÁLISE CONJUNTA DAS HIPÓTESES

Através das hipóteses discutidas no presente capítulo, consegue-se ter uma visão de quão grandiosa fora a habilidade de Getúlio Vargas para contornar a crise logo no início de seu governo e, principalmente pela astúcia na coordenação política com os mais diferentes estratos da sociedade. A camada popular representou grande apoio à Vargas, imprimindo uma autenticidade populista em seu governo, o que garantia força frente aos demais interesses vigentes na época.

Era necessário, portanto, que Vargas instituisse mecanismos burocráticos de governabilidade, para que aliado a este fator, a industrialização, embora restringida, pudesse ganhar corpo e estruturar-se em prol do crescimento e consolidação industrial do Brasil.

Sem dúvida, o processo de substituição de importações corroborou para o salto de industrialização, proporcionando o deslocamento do centro dinâmico, como já visto e capítulos anteriores, e propiciando o desenvolvimento da demanda agregada e do produto interno. As alianças perpetradas por Vargas também contribuíram fortemente para sustentar as várias facetas de seu governo, o que o legitima como importante governista que realmente, como dito por ele próprio, “Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.

Desta forma, no capítulo seguinte, finalmente será apresentada a conclusão da presente monografia, isto posto, após reavaliar os capítulos já escritos, para justamente findar-se o trabalho em questão com uma conclusão lúcida e que realmente responda ao problema inicialmente apresentado.

CONCLUSÃO

Analizando toda a incursão histórica delineada pelo presente trabalho de monografia, pôde-se perceber de fato o grande embate entre as grandes oligarquias cafeeiras e as classes médias urbanas no início do século passado, sendo que estas últimas clamavam por melhores condições de trabalho e participação ativa no âmbito da política econômica.

Torna-se notório que as disputas de interesses entre as oligarquias cafeeiras, apoiadas pelos próprios governos da então vigente República Velha, provocavam uma estagnação econômica do país, beneficiando somente àquela pequena parcela da sociedade associada aos grandes latifúndios de produção do café, sendo este a base da economia do Brasil naquela época.

Ao se avaliar todas as características econômicas, políticas e sociais do período pré-30, já se vislumbrava de fato uma crise eminente para o Brasil, em função da superprodução do café, com sua desvalorização crescente, o que forçava o país a desembolsar grandes reservas para contenção do preço do produto a nível de preços internacionais, isto tudo feito em detrimento à população como um todo, o que provocava indubitavelmente uma situação de insatisfação generalizada, causando desta forma desequilíbrio do país, principalmente político, face as grandes divergências entre os diversos grupos de interesses envolvidos.

Com a crise de 1929/30, ocasionada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, houve um colapso mundial, cujas nações mais prejudicadas foram justamente aquelas que detinham uma economia incipiente, sem avanço tecnológico, em cujo quadro o Brasil encontrava-se inserido, tendo sido fortemente abalado.

Neste contexto de crise mundial, aliado ao colapso interno político-econômico, projeta-se no poder o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, o qual é erigido por meio de uma “Revolução Popular”, conhecida como Revolução de 1930, sendo que a partir daí, com base nas análises feitas por grandes historiadores e economistas renomados, como Boris Fausto, João Manuel Cardoso de CARDOSO DE MELLO, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Sônia Draibe, Pedro Cezar

Dutra Fonseca, realmente pôde-se confirmar que a Revolução de 1930 caracterizou-se como um divisor para a historiografia do Brasil, fundamentalmente vinculado ao advento da industrialização do país.

Torna-se importante deixar aqui registrado, que antes de 1930 haviam pequenas indústrias no Brasil, embora incipientes e sem nenhum amparo Estatal, o que reverte-se fortemente com a “Era Vargas”, onde um governo forte e centralizador passa a criar mecanismos e instituições de amparo sócio-econômico e político em prol da industrialização do país.

Vale lembrar que os pressupostos do presente trabalho, ao serem avaliados conjuntamente com o Governo de Vargas, sustentam com convicção a afirmação de que a Revolução de 1930 pode ser considerada realmente como um divisor de um Brasil agrário, agro-exportador, para um Brasil industrializado com vista ao desenvolvimento e consolidação de uma nação capitalista emergente.

O processo de substituição de importações, proferido por Maria da Conceição Tavares, bem como a teoria do deslocamento do centro dinâmico, concebida por Celso Furtado, embora tenham se materializado em razão de fatores econômicos, fiscais e cambiais da crise mundial deflagrada em 1929/30, os mesmos, ao serem avaliados no âmbito do Governo de Vargas, servem realmente de alicerce à consumação da industrialização do Brasil, tendo sido iniciada de modo restringido, porém como base para consolidação industrial em governos futuros, como o de Juscelino Kubstichek, o qual deu continuidade a política industrial preconizada por Vargas.

Não menos importante e de fundamental importância para a coesão política e econômica durante toda a gestão de Vargas, fora o grande apoio que o governo recebeu dos militares e, fundamentalmente através do apoio do “povo” por intermédio do “Estado de Compromisso” permanente, o qual perdurou durante todo o governo de Vargas, tendo sido sepultado juntamente com Getúlio em razão de sua morte em 24 de Agosto de 1954.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE MELLO, **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, 182 p.

DRAIBE, **Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 11-55

FAUSTO, **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 300-334

FONSECA, **Vargas: O Capitalismo em Construção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 483 p.

FURTADO, **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, 289 p.

FURTADO, **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1970, p. 15-28

GREMAUD, SAES E TONETO JÚNIOR JÚNIOR. **Formação Econômica do Brasil**, São Paulo, 1997, Editora Atlas, p. 39-158

GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, **Economia Brasileira e Contemporânea**. São Paulo: 1996, Editora Atlas, p.340-366

KEYNES, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: 1982, Editora Atlas, p. 21-37

SUZIGAN, **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: 1986 Editora Brasiliense, 403 p.

TAVARES, **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 11-115

BIELSCHOWSKY, **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 3ª edição, 1996, 496 p.

DINIZ – Cel R/1, **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: edição do Estado-Maior do Exército, 1996, 627 p.